

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RIO GRANDE DO NORTE

*Projeto Pedagógico do Curso
Superior de Tecnologia em
Gestão Pública*

Presencial

Projeto Pedagógico do Curso
Superior de Tecnologia em
GESTÃO PÚBLICA

Presencial

Eixo Tecnológico: GESTÃO E NEGÓCIOS

Projeto aprovado pela Resolução Nº 20/2012-CONSUP/IFRN, de 01/03/2012, com
Adequação pela Deliberação nº 8/2022-CONSEPEX, de 1º/04/2022.

José Arnóbio de Araújo Filho
REITOR

Dante Henrique de Moura
PRÓ-REITOR DE ENSINO

Denise Cristina Momo
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Avelino Aldo de Lima Neto
PRÓ-REITOR DE PESQUISA
E INOVAÇÃO

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO/SISTEMATIZAÇÃO

Marcos André da Silva
Gerda Lucia Pinheiro Camelo
Jássio Pereira de Medeiros
Laysce Rocha de Moura
Melquiades Pereira de Lima Júnior
Marlí de Fátima Ferraz da Silva Tacconi
Raimundo Nonato Camelo Parente

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
Maria de Fátima Feitosa de Sousa

REVISÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA
Amélia Cristina Reis e Silva
Amilde Martins da Fonseca
Ana Lúcia Pascoal Diniz
Rejane Bezerra Barros

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	8
2. JUSTIFICATIVA	9
3. OBJETIVOS	12
4. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO.....	13
5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO.....	15
6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO.....	17
6.1 ESTRUTURA CURRICULAR.....	17
6.1.1 <i>Seminários Curriculares.....</i>	<i>25</i>
6.1.2 <i>Integração curricular da Extensão.....</i>	<i>26</i>
6.2 PRÁTICA PROFISSIONAL	27
6.2.1 <i>Desenvolvimento de Projeto Integrador</i>	<i>28</i>
6.2.2 <i>Estágio Curricular Supervisionado.....</i>	<i>31</i>
6.2.3 <i>Atividades Complementares (Atividades Acadêmico-Científico-Culturais).....</i>	<i>32</i>
6.3 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	33
6.4 DIRETRIZES CURRICULARES E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS	35
6.4.1 <i>Desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem.....</i>	<i>35</i>
6.4.2 <i>Acompanhamento e apoio pedagógico ao discente.....</i>	<i>36</i>
6.5 INCLUSÃO, DIVERSIDADE E FORMAÇÃO INTEGRAL.....	37
6.5.1 <i>Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)</i>	<i>38</i>
6.5.2 <i>Adequações Curriculares.....</i>	<i>39</i>
6.5.3 <i>Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI).....</i>	<i>40</i>
6.6 INDICADORES METODOLÓGICOS	40
7 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	42
8 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)	45
9 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DE CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS	47
10 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	48
10.1 BIBLIOTECA.....	48
11 PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	50
12 CERTIFICADOS E DIPLOMAS	52
REFERÊNCIAS.....	53

APÊNDICE I - EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO NÚCLEO FUNDAMENTAL	55
APÊNDICE II - EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO NÚCLEO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO: UNIDADE BÁSICA.....	57
APÊNDICE III – EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO NÚCLEO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO: UNIDADE TECNOLÓGICA	63
APÊNDICE IV – PROGRAMAS DOS SEMINÁRIOS CURRICULARES.....	88
APÊNDICE V – PROGRAMAS DOS PROJETOS INTEGRADORES	91
APÊNDICE VI – EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS.....	92
APÊNDICE VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR	101

APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se do projeto pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade presencial, referente ao eixo tecnológico de Gestão e Negócios do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST). Este projeto pedagógico de curso se propõe a definir as diretrizes pedagógicas para a organização e o funcionamento do respectivo curso de graduação tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Consustancia-se em uma proposta curricular baseada nos fundamentos filosóficos da prática educativa, numa visão progressista e transformadora na perspectiva histórico-crítica (FREIRE, 1996), nos princípios norteadores da modalidade da educação profissional e tecnológica brasileira, explicitados na LDB nº 9.394/96 e atualizada pela Lei nº 11.741/08, bem como nas resoluções e decretos que normatizam a Educação Profissional Tecnológica de Graduação do sistema educacional brasileiro e demais referenciais curriculares pertinentes a essa oferta educacional.

Estão presentes, também, como marco orientador dessa proposta, as diretrizes institucionais explicitadas no Projeto Político-Pedagógico, traduzidas nos objetivos desta Instituição e na compreensão da educação como uma prática social transformadora, as quais se materializam na função social do IFRN, que se compromete a promover formação humana integral por meio de uma proposta de educação profissional e tecnológica que articule ciência, trabalho, tecnologia e cultura, visando a formação do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente e comprometido com as transformações da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social.

Os cursos superiores de tecnologia do IFRN têm o objetivo de formar profissionais aptos a desenvolver atividades de um determinado eixo tecnológico e capazes de utilizar, desenvolver e/ou adaptar tecnologias com compreensão crítica das implicações decorrentes das relações com o ser humano, com o processo produtivo, com o meio ambiente e com a sociedade em geral. Caracterizam-se pelo atendimento às necessidades formativas específicas na área tecnológica, de bens e serviços, de pesquisas e de disseminação de conhecimentos tecnológicos. São cursos definidos, ainda, pela flexibilidade curricular e pelo perfil de conclusão focado na gestão de processos, na aplicação e no desenvolvimento de tecnologias.

Esses cursos de tecnologia atuam com os conhecimentos gerais e específicos, o desenvolvimento de pesquisas científico-tecnológicas e as devidas aplicações no mundo

do trabalho. As formações são definidas como especificidades dentro de uma determinada área profissional ou eixo tecnológico, objetivando o desenvolvimento, a aplicação, a socialização de novas tecnologias, a gestão de processos e a produção de bens e serviços. A organização curricular busca possibilitar a compreensão crítica e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da interferência do homem na natureza, em virtude dos processos de produção e de acumulação de bens.

A forma de atuar na educação profissional e tecnológica permite resgatar o princípio da formação humana em sua totalidade, superar a visão dicotômica entre o pensar e o fazer a partir do princípio da politecnia, assim como visa propiciar uma formação humana e integral em que a formação profissionalizante não tenha uma finalidade em si nem seja orientada pelos interesses do mercado de trabalho, mas se constitua em uma possibilidade para a construção dos projetos de vida dos estudantes (FRIGOTTO; CIAVATA; RAMOS, 2005).

Este documento apresenta os pressupostos teórico-metodológicos e didático-pedagógicos estruturantes da proposta do curso em consonância com o Projeto Político-Pedagógico Institucional - PPP/PPI e com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Em todos os elementos estarão explicitados princípios, categorias e conceitos que materializarão o processo de ensino e de aprendizagem destinados a todos os envolvidos nessa práxis pedagógica.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

O presente documento constitui-se do projeto pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade presencial, referente ao eixo tecnológico de Gestão e Negócios do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, atualizado em 2016.

2. JUSTIFICATIVA

Com o avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos, a nova ordem no padrão de relacionamento econômico entre as nações, o deslocamento da produção para outros mercados, a diversidade e multiplicação de produtos e de serviços, a tendência à conglomeração das empresas, à crescente quebra de barreiras comerciais entre as nações e à formação de blocos econômicos regionais, a busca de eficiência e de competitividade industrial, por meio do uso intensivo de tecnologias de informação e de novas formas de gestão do trabalho, são, entre outras, evidências das transformações estruturais que modificam os modos de vida, as relações sociais e as do mundo do trabalho. Conseqüentemente, estas demandas impõem novas exigências às instituições responsáveis pela formação profissional dos cidadãos.

Nesse cenário, ampliam-se a necessidade e a possibilidade de formar os jovens capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia, prepará-los para se situar no mundo contemporâneo e dele participar de forma proativa na sociedade e no mercado de trabalho.

A partir da década de 1990, com a publicação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), a educação profissional passou por diversas mudanças nos seus direcionamentos filosóficos e pedagógicos, assumindo um espaço delimitado na própria lei e configurando-se em uma modalidade da educação nacional. Em 2008, as instituições federais de educação profissional foram reestruturadas para se caracterizarem em uma rede nacional de instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica, denominando-se de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A partir disso, o IFRN ampliou sua atuação em diferentes municípios do estado do Rio Grande do Norte, com a oferta de cursos em diversas áreas profissionais, conforme as necessidades locais.

O IFRN, para definir os cursos a serem ofertados, considera as demandas evidenciadas a partir de estudos e pesquisas sobre os arranjos produtivos, culturais e sociais locais, regionais e nacionais. Desse modo, a implantação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública atende, no âmbito do estado do Rio Grande do Norte, às demandas geradas por esse contexto social e político, aos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao Plano de Desenvolvimento da Educação, à função social e às finalidades do IFRN, assim como às diretrizes curriculares nacionais e às orientações do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Convém esclarecer que as justificativas apresentadas neste PPC obedecem às ofertas institucionais do presente Curso oferecido pelo Campus Natal Central do IFRN. Em seu conjunto, essas justificativas descrevem e situam a realidade e as características locais e regionais, conforme a abrangência e a atuação de cada *campus*, em vista do contexto educacional e dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (APL).

No que se refere ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, ofertado no *Campus* Natal-Central, a oferta do Curso é pensada ao considerar que o desenvolvimento de uma nação justa e igualitária requer uma gestão pública capaz de alinhar os recursos disponíveis às prioridades, minimizando os problemas gerenciais e implementando medidas que promovam a eficiência, a eficácia e a efetividade da administração pública, melhorando e simplificando o atendimento aos cidadãos.

As transformações do papel do Estado na economia e na sociedade modificam o modelo gerencial da administração pública, requerendo do gestor público conhecimentos, habilidades e atitudes compatíveis com a realidade. No cenário atual, a autonomia, o trabalho em equipe, a liderança, a ética, a cidadania, a produtividade e a iniciativa se interligam com vistas ao desenvolvimento de competências para elaboração, execução e avaliação das atividades desenvolvidas.

O modelo de gestão utilizado nas instituições públicas tem-se mostrado cada vez mais limitado diante da complexidade das atividades desenvolvidas, especialmente aquelas direcionadas para atender as demandas de caráter social. Dentro desse contexto, fazem-se necessárias ações de interesse público que busquem aperfeiçoar os modelos de gestão, tendo em vista as peculiaridades que envolvem a produção de bens públicos e a prestação dos serviços públicos.

A incorporação contínua de novas tecnologias, as inovações nos procedimentos e a busca de maior qualidade nos serviços demandam uma administração por resultados. Segundo Kettl (1998), o objetivo básico do processo não é produzir números, mas, sim, melhorar resultados. Dessa forma, deve-se ter sempre em mente que, na inovação administrativa, o importante é praticar a “administração por desempenho” e não “aferição por desempenho”.

Medidas de natureza gerencial são necessárias, seja por meio de melhoria nas formas de ação do Estado, seja por meio do uso de instrumentos gerenciais mais adequados, possibilitando um aumento da eficiência e da eficácia no seu desempenho, ou, ainda, por meio da mudança de comportamento de seus recursos humanos. Estas medidas têm a vantagem de poderem ser aplicadas no curto prazo e de dependerem,

na maioria dos casos, essencialmente, da iniciativa dos próprios dirigentes institucionais, acarretando a melhoria da qualidade da gestão pública.

Para tanto, um dos pilares de sustentação desse processo é a capacitação, especialmente em nível superior, de profissionais que atuam ou que pretendem atuar em instituições públicas, nas quais existe uma carência de profissionais de administração pública e de ciência política (SERRA, 2008).

De acordo com Abrucio (2007), um dos eixos norteadores da profissionalização diz respeito ao aumento de investimentos em capacitação dos servidores públicos. Para ele, essa capacitação deve estar vinculada a um projeto mais amplo e integrado de modernização da administração pública. Considerando as enormes desigualdades do país, a União terá de ser indutora e parceira dos estados e municípios neste processo de remodelagem da burocracia.

Compreendendo o papel estratégico dos saberes e conhecimentos dos servidores públicos federais, estaduais e municipais para o sucesso das políticas governamentais, é necessário que esses profissionais sejam preparados para exercer uma gestão voltada para resultados, com capacidade de modelar o seu desempenho, de modo a tornar-se um agente transformador da gestão pública, que é uma questão crucial para promover a modernização do Estado brasileiro.

Nesse sentido, a implantação do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública atende, no âmbito do estado do Rio Grande do Norte, às demandas geradas por esse contexto social e político, aos princípios da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao Plano de Desenvolvimento da Educação, à função social e às finalidades do IFRN, assim como às diretrizes curriculares nacionais e às orientações do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Para se definirem as ofertas, são consideradas as demandas evidenciadas a partir de estudos e pesquisas sobre os arranjos produtivos, culturais e sociais locais, regionais e nacionais.

Assim, o IFRN propõe-se a oferecer o curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando o Tecnólogo em Gestão Pública, através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de impulsionar a formação humana e o desenvolvimento econômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social.

3. OBJETIVOS

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública tem como objetivo geral formar profissionais para o desenvolvimento dos processos gerenciais, suas aplicações na otimização dos bens e serviços, na gestão de pessoas, de tecnologia e de recursos financeiros, que contribuam para o funcionamento adequado da administração pública.

Os objetivos específicos do curso compreendem:

- proporcionar uma visão sistêmica e integrada da gestão pública;
- elevar os padrões de eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública, com vistas a promover um serviço de qualidade e que atenda às demandas da sociedade;
- desenvolver a capacidade de gerenciar pessoas, centrada no desenvolvimento de equipes, na comunicação interpessoal e no espírito de liderança, com foco na participação e na capacidade de tomar decisões dentro dos princípios legais que regulamentam a gestão pública e do senso de compromisso com a sociedade;
- fomentar o desenvolvimento do senso crítico dos participantes em relação à análise do contexto político, econômico, social, cultural e tecnológico inerente ao cotidiano da vida profissional no setor público;
- disseminar a importância de gerenciar os recursos de acordo com os preceitos legais que regulamentam a gestão pública, com ética e responsabilidade socioambiental;
- utilizar as técnicas de gerenciamento de processos e das novas tecnologias que viabilizem padrões de qualidade e produtividade exigidas na execução do trabalho.
- compreender os processos de contratação e compras no setor público, considerando as tendências e transformações na gestão pública;
- elaborar e gerenciar projetos e/ou programas; e
- gerir recursos públicos – financeiros, humanos, tecnológicos e materiais – aplicando conceitos e instrumentos de gestão orientados para resultados.

4. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, destinado aos portadores do certificado de conclusão do ensino médio, ou equivalente, poderá ser feito por meio de:

- a) processo seletivo, aberto ao público para o primeiro período do curso através do Sistema de Seleção Unificada - SISU, por edital institucional utilizando as notas no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou por termo de convênio específico, atendendo às exigências da Lei nº 12.711/2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, da Portaria Normativa MEC nº 18/2012 e da Lei nº 13.409/2016; ou
- b) transferência ou reingresso, para período compatível, posterior ao primeiro semestre do Curso.

Com o objetivo de manter o equilíbrio entre os distintos segmentos socioeconômicos que procuram matricular-se nas ofertas educacionais do IFRN, a Instituição reservará, em cada processo seletivo para ingresso no Curso, por turno, no mínimo, cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica, observadas as seguintes condições:

- I. no mínimo cinquenta por cento das vagas reservadas serão destinadas a estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um inteiro e cinco décimos salário-mínimo per capita;
- II. proporção de vagas, no mínimo, igual a de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que será reservada, por curso e turno, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas;
- III. dentre as vagas reservadas que trata o item II reservam-se as vagas às Pessoas com Deficiência em percentual correspondente a soma de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação, identificados no último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aplicando-se o ponto de corte do Grupo de Washington justificado pela Nota Técnica nº 509/2017/CGRAG/DIPES/SESU/SESU do Ministério da Educação – MEC; o Ofício nº 3/2017/SEI/SNDPD/MDH da Secretaria Nacional dos Direitos da

Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos; e, o Ofício nº 352/2017/PR do IBGE;

- IV. reserva-se 5% (cinco por cento) das vagas da ampla concorrência para Pessoas com Deficiência, nos termos da Resolução nº 05/2017-CONSUP/IFRN.

A oferta de turmas especiais ou a reserva de vagas em cursos de formação de professores também se constituem em mecanismos a serem adotados com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica pública.

A figura 1 apresenta os requisitos de acesso ao curso:

Figura 1 – Requisitos e formas de acesso



5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO

Os cursos de graduação tecnológica devem primar por uma formação em processo contínuo. Essa formação deve pautar-se pela descoberta do conhecimento e pelo desenvolvimento de competências profissionais necessárias ao longo da vida. Deve, ainda, privilegiar a construção do pensamento crítico e autônomo na elaboração de propostas educativas que possam garantir identidade aos cursos de graduação tecnológica e favorecer respostas às necessidades e demandas de formação tecnológica do contexto social local e nacional.

A formação tecnológica proposta no modelo curricular deve propiciar ao aluno condições de: assimilar, integrar e produzir conhecimentos científicos e tecnológicos na área específica de sua formação; analisar criticamente a dinâmica da sociedade brasileira e as diferentes formas de participação do cidadão-tecnólogo nesse contexto; e desenvolver as capacidades necessárias ao desempenho das atividades profissionais.

Nesse sentido, o profissional egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública deve ser capaz de inter-relacionar informações, ter senso crítico e ser capaz de impulsionar o desenvolvimento social e econômico da região, integrando formação técnica à formação cidadã.

A base de conhecimentos científicos e tecnológicos deverá capacitar o profissional para:

- a) diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública;
- b) desenvolver e aplicar inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública;
- c) planejar, implantar, supervisionar e avaliar projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional;
- d) aplicar metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional;
- e) planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão;
- f) avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação;
- g) articular e inter-relacionar teoria e prática;
- h) utilizar adequadamente a linguagem oral e escrita como instrumento de comunicação e interação social necessária ao desempenho de sua profissão;

- i) realizar a investigação científica e pesquisa aplicada como forma de contribuição para o processo de produção de conhecimento;
- j) resolver situações-problema que exijam raciocínio abstrato, percepção espacial, memória auditiva, memória visual, atenção concentrada, operações numéricas e criatividade;
- k) aplicar normas técnicas nas atividades específicas da sua área de formação profissional;
- l) posicionar-se criticamente frente às inovações tecnológicas;
- m) conhecer e aplicar normas de sustentabilidade ambiental, respeitando o meio ambiente e entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, espaço e história;
- n) ter atitude ética no trabalho e no convívio social, compreender os processos de socialização humana em âmbito coletivo e perceber-se como agente social que intervém na realidade;
- o) ter iniciativa, criatividade, autonomia, responsabilidade, saber trabalhar em equipe, exercer liderança e ter capacidade empreendedora; e
- p) posicionar-se crítica e eticamente frente às inovações tecnológicas, avaliando impactos sociais e ambientais no desenvolvimento local e regional.

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

A organização curricular do curso observa as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), no Decreto nº 5.154/2004, na Resolução CNE/CP nº 01/2021, no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2016), na Resolução CNE/CP nº 07/2018, no Projeto Político-Pedagógico do IFRN, incluindo as Diretrizes Orientadoras das Ofertas Educacionais do IFRN (atualizadas no ano de 2019) e demais regulamentações específicas. Esses referenciais norteiam as instituições formadoras, definem o perfil, a atuação e os requisitos básicos necessários à formação profissional do Tecnólogo em Gestão Pública quando estabelecem competências e habilidades, conteúdos curriculares, prática profissional, bem como os procedimentos de organização e funcionamento dos cursos.

6.1 ESTRUTURA CURRICULAR

Os Cursos Superiores de Tecnologia (CST) possuem uma estrutura curricular fundamentada na concepção de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), atualizado em 2016. Trata-se de uma concepção curricular que privilegia o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

A proposta pedagógica do curso está organizada por núcleos politécnicos que auxiliam a prática da interdisciplinaridade, apontando para o reconhecimento da necessidade de uma educação profissional e tecnológica integradora de conhecimentos científicos e experiências e saberes advindos do mundo do trabalho, proporcionando a construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas, assim como favorece a unidade dos projetos de cursos em todo o IFRN, concernente a conhecimentos científicos e tecnológicos, propostas metodológicas, tempos e espaços de formação.

Desse modo, a matriz curricular dos cursos de graduação tecnológica organiza-se em dois núcleos: o núcleo fundamental e o núcleo científico e tecnológico.

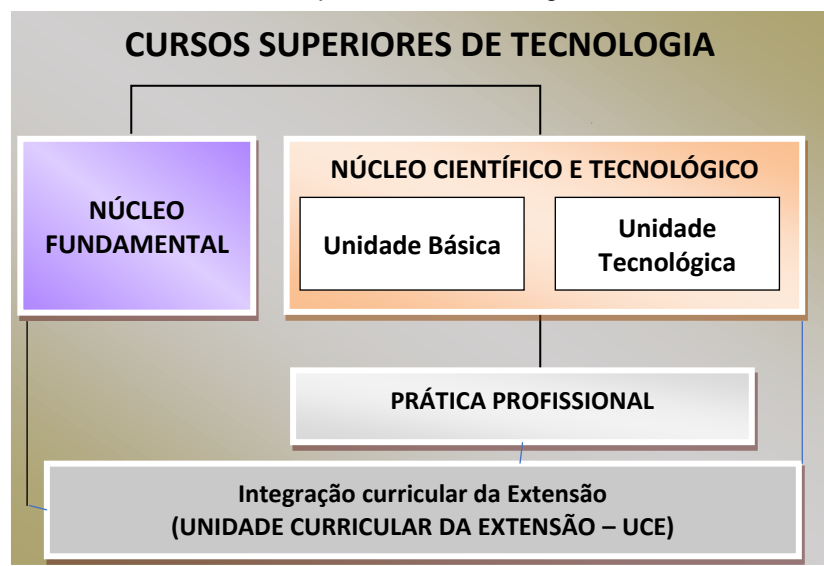
O núcleo fundamental compreende conhecimentos científicos imprescindíveis ao desempenho acadêmico dos ingressantes. Contempla, ainda, revisão de conhecimentos da formação geral, objetivando construir base científica para a formação tecnológica.

Nesse núcleo, há dois propósitos pedagógicos indispensáveis: o domínio da língua portuguesa e, de acordo com as necessidades do curso, a apropriação dos conceitos científicos básicos.

O núcleo científico e tecnológico compreende disciplinas destinadas à caracterização da identidade do profissional tecnólogo. Compõe-se por uma unidade básica (relativa a conhecimentos de formação científica para o ensino superior e de formação tecnológica básica) e por uma unidade tecnológica (relativa à formação tecnológica específica, de acordo com a área do curso). Essa última unidade contempla conhecimentos intrínsecos à área do curso, conhecimentos necessários à integração curricular e conhecimentos imprescindíveis à formação específica.

A Figura 2 explicita a representação gráfica da organização curricular dos cursos superiores de tecnologia, estruturados numa matriz curricular articulada, constituída por núcleos politécnicos e unidades, com fundamentos nos princípios da interdisciplinaridade, da contextualização, da interação humana, do pluralismo do saber e nos demais pressupostos dos múltiplos saberes necessários à atuação profissional.

Figura 2 – Representação gráfica da organização curricular dos cursos superiores de tecnologia



Fonte: IFRN, 2021.

As diretrizes da formação tecnológica orientadoras do currículo e assumidas no Projeto Político-Pedagógico do IFRN fundamentam-se nos seguintes princípios:

- a) conceito da realidade concreta como síntese de múltiplas relações;
- b) compreensão que homens e mulheres produzem sua condição humana como seres histórico-sociais capazes de transformar a realidade;

- c) integração entre a educação básica e a educação profissional, tendo como núcleo básico a ciência, o trabalho e a cultura;
- d) organização curricular pautada no trabalho e na pesquisa como princípios educativos;
- e) respeito à pluralidade de valores e universos culturais;
- f) respeito aos valores estéticos políticos e éticos, traduzidos na estética da sensibilidade, na política da igualdade e na ética da identidade;
- g) construção do conhecimento, compreendida mediante as interações entre sujeito e objeto e na intersubjetividade;
- h) compreensão da aprendizagem humana como um processo de interação social;
- i) inclusão social, respeitando-se a diversidade, quanto às condições físicas, intelectuais, culturais e socioeconômicas dos sujeitos;
- j) prática pedagógica orientada pela interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade;
- k) desenvolvimento de competências básicas e profissionais a partir de conhecimentos científicos e tecnológicos, formação cidadã e sustentabilidade ambiental;
- l) formação de atitudes e capacidade de comunicação, visando a melhor preparação para o trabalho;
- m) construção identitária dos perfis profissionais com a necessária definição da formação para o exercício da profissão;
- n) flexibilização curricular, possibilitando a atualização permanente dos planos de cursos e currículo; e
- o) reconhecimento dos educadores e dos educandos como sujeitos de direitos à educação, ao conhecimento, à cultura e à formação de identidades, articulados à garantia do conjunto dos direitos humanos.

Esses são princípios de bases filosóficas e epistemológicas que dão suporte à estrutura curricular do curso e, conseqüentemente, fornecem os elementos imprescindíveis à definição do perfil do Tecnólogo em Gestão Pública.

A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas em regime de crédito, com período semestral, com 1410 horas destinadas às disciplinas que compõem os núcleos politécnicos, 90 horas destinadas aos seminários curriculares e 400 horas

destinadas à prática profissional, totalizando a carga horária de 1900 horas. Do total geral, 10% está destinado ao atendimento da Integração Curricular da Extensão.

As disciplinas que compõem a matriz curricular estão articuladas entre si e fundamentadas nos princípios estabelecidos no PPP institucional.

Abaixo apresentamos o Quadro 1, que descreve a matriz curricular do curso; o Quadro 2, que apresenta as disciplinas optativas para o curso; e o Quadro 3, que expõe a matriz de pré-requisitos e correquisitos com indicação do *campus* ofertante. Na descrição das Apêndices, temos: de I a III, apresentamos as ementas e os programas das disciplinas obrigatórias; em IV e V, os programas dos demais componentes curriculares obrigatórios; e, por último, a Apêndice VI apresenta os programas e ementas das disciplinas optativas.

Quadro 1 – Matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, modalidade presencial.

Disciplina	Número de Aulas Semanal por Semestre					CH Total	
	1º	2º	3º	4º	5º	Hora/aula*	Hora

Núcleo Fundamental							
Disciplinas obrigatórias							
Língua Portuguesa	4					80	60
Subtotal CH	4	0	0	0	0	80	60

Núcleo Científico e Tecnológico							
---------------------------------	--	--	--	--	--	--	--

Unidade Básica							
Disciplinas obrigatórias							
Informática	2					40	30
Metodologia do Trabalho Científico			2			40	30
Sociologia e Ciência Política	2					40	30
Subtotal CH	4	0	2	0	0	120	90

Unidade Tecnológica							
Disciplinas obrigatórias							
Direito Constitucional	4					80	60
Introdução à Gestão Pública	4					80	60
Estudos Organizacionais	2					40	30
Gestão de Processos		4				80	60
Gestão Social e em Redes		4				80	60
Planejamento Governamental		4				80	60
Políticas Públicas		4				80	60
Fundamentos de Contabilidade		4				80	60
Direito Administrativo			4			80	60
Gestão de Projetos			4			80	60
Orçamento Público			4			80	60
Sistemas de Informação Gerencial			4			80	60
Ética, Cultura e Diversidade				2		40	30
Licitação e Contratos				4		80	60
Contabilidade Pública				4		80	60
Introdução à Economia				4		80	60
Comportamento Organizacional				2		40	30

Auditoria Pública					4	80	60
Economia do Setor Público					2	40	30
Gestão Logística					4	80	60
Gestão de Pessoas					4	80	60
Subtotal CH	10	20	16	16	14	1.520	1.140

Disciplinas Optativas	Número de Aulas Semanal por Semestre					CH Total	
	1º	2º	3º	4º	5º	Hora/aula*	Hora
Optativa				4	4	160	120
Subtotal CH	0	0	0	4	4	160	120

Carga horária total de disciplinas	14	20	16	16	14	1.880	1.410
---	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	--------------	--------------

Seminários Curriculares	Carga-horária semanal por semestre					CH Total	
	1º	2º	3º	4º	5º	Hora/aula*	Hora
Seminário de Integração Acadêmico-Científica	2					40	30
Seminário de Orientação ao Projeto Integrador			2			40	30
Seminário de Orientação ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC					2	40	30
Subtotal CH	2	0	2	0	2	120	90

Prática Profissional	Carga-horária semestral					CH Total	
	1º	2º	3º	4º	5º	Hora/aula*	Hora
Desenvolvimento de Projeto Integrador			190			253	190
Atividades Acadêmico-Científicas-Culturais	25					33	25
Atividades de Prática Profissional				185		247	185
Subtotal - CH						533	400

Unidade Curricular de Extensão (UCE)	Carga-horária					CH Total	
	1º	2º	3º	4º	5º	Hora/Aula	Horas
Atividades curriculares de Extensão							
Programas			190			253	190
Projetos							
Cursos							
Prestação de serviços							
Eventos							
Total de CH das atividades curriculares de Extensão (UCE)						253	190
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO						2.533	1.900

*Observação: A hora-aula considerada possui 45 minutos.

A carga horária total de disciplinas optativas será de cumprimento obrigatório pelo estudante, embora seja facultada a escolha das disciplinas a serem integralizadas.

Quadro 2 – Disciplinas optativas para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, com indicação do campus ofertante

DESCRIÇÃO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS	Campus Ofertante	Número de aulas semanal (créditos)	Carga-horária total	
	Natal Central		Hora/Aula	Hora
Núcleo Fundamental				
LIBRAS	✓	2	40	30
Matemática Aplicada e Financeira	✓	4	80	60
Núcleo Científico e Tecnológico				
Unidade Básica				
Métodos Estatísticos	✓	4	80	60
Unidade Tecnológica				
Marketing no Serviço Público	✓	4	80	60
Direito Previdenciário	✓	2	40	30
Desenvolvimento sustentável	✓	2	40	30
Processo disciplinar Federal	✓	2	40	30
Direito Tributário	✓	2	40	30
Economia Brasileira	✓	2	40	30

Quadro 3 – Componentes Curriculares obrigatórios com Pré-requisitos e Correquisitos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS	Pré-requisitos	Correquisitos
Núcleo Fundamental		
Língua Portuguesa	---	---
Núcleo Científico Tecnológico		
Unidade Básica		
Informática	---	---
Metodologia do Trabalho Científico	---	---
Sociologia e Ciência Política	---	---
Unidade Tecnológica		
Direito Constitucional	---	---
Introdução à Gestão Pública	---	---
Estudos Organizacionais	---	---
Gestão de Processos	---	---
Gestão Social e em Redes	Introdução a Gestão Pública	
Planejamento Governamental	Introdução a Gestão Pública	
Políticas Públicas	Introdução a Gestão Pública	
Fundamentos de Contabilidade	---	---
Direito Administrativo	---	---
Gestão de Projetos	---	---
Orçamento Público	---	---
Sistemas de Informação Gerencial	---	---
Ética, Cultura e Diversidade	---	---
Licitação e Contratos	Direito administrativo	
Contabilidade Pública	Fundamentos de Contabilidade	
Introdução à Economia	---	---
Comportamento Organizacional	---	---
Auditoria Pública	---	---
Economia do Setor Público	Introdução à Economia	
Gestão Logística	---	---
Gestão de Pessoas	---	---

DISCIPLINAS OPTATIVAS	Pré-requisitos	Correquisitos
Núcleo Fundamental		
LIBRAS	---	---
Matemática Aplicada e Financeira	---	---
Núcleo Científico Tecnológico		
Unidade Básica		
Métodos Estatísticos	---	---
Unidade Tecnológica		
Marketing no Serviço Público	---	---
Direito Previdenciário	Direito Constitucional	---
Desenvolvimento sustentável	---	---
Processo disciplinar Federal	Direito Constitucional	---
Direito Tributário	Direito Constitucional	---
Economia Brasileira	---	---

6.1.1 Seminários Curriculares

Os seminários curriculares constituem um conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação dos saberes e das habilidades necessários à formação do estudante. São caracterizados, quando a natureza da atividade assim o justificar, como atividades de orientação individual ou como atividades especiais coletivas.

Quadro 4 – Seminários Curriculares para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, modalidade presencial.

SEMINÁRIOS CURRICULARES			
Atividade	Carga Horária Hora/Aula	Carga Horária Hora	Espaços e ações correspondentes
*Seminário de Integração Acadêmico-Científica.	40h/a	30h	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Acolhimento e integração dos estudantes ✓ Orientação ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou de extensão ✓ Orientação para o desenvolvimento da Prática Profissional (estágio; de desenvolvimento de pesquisas acadêmico-científicas; e outras atividades previstas como Prática profissional)
Seminário de orientação ao projeto integrador	40h/a	30h	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Orientação ao Desenvolvimento de projetos integradores em práticas extensionistas
Seminário de Orientação ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	40h/a	30h	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Orientação ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.
CARGA HORÁRIA TOTAL	120h	90h	-

*Parte da carga horária poderá ser ministrada de forma não presencial, garantindo-se 10 horas da carga horária presenciais.

Os componentes referentes aos seminários curriculares têm a função de proporcionar espaços de acolhimento, integração e orientação às atividades de desenvolvimento de projetos, pesquisas e orientação à prática profissional.

O Quadro 4, apresenta os seminários a serem realizados, relacionando ações e objetivos dessas atividades. O Apêndice IV descreve a metodologia de desenvolvimento dos referidos seminários.

6.1.2 Integração curricular da Extensão

A Resolução no 7 CNE/MEC, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, define os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior.

Deste modo a extensão na educação superior brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a Integração Curricular da Extensão está organizada, na matriz curricular, por meio da Unidade Curricular de Extensão – UCE, de maneira que o cumprimento do percentual de carga horária se dá na realização de atividades extensionistas que se inserem nas seguintes modalidades:

- I - programas;
- II - projetos;
- III - cursos e oficinas;
- IV - eventos; e
- V - prestação de serviços.

De acordo com esta resolução as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos. As modalidades a serem executadas ficam a critério das demandas do curso, porém, fica estabelecido um limite de contabilização máxima de 100 horas para a modalidade de eventos para cada estudante.

Todas as modalidades, obrigatoriamente, deverão ser caracterizadas como atividades de extensão, conforme normas estabelecidas na Resolução no 7/2018 e na Resolução no 58/2017-CONSUP, que regulamenta as atividades de extensão no âmbito do IFRN e devidamente registradas em módulo próprio no SUAP.

O acompanhamento das atividades da UCE deve ser feito por um docente do quadro de servidores do IFRN, em exercício no campus do orientando por meio de reuniões e/ou relatórios parciais ou finais.

Para o curso de Tecnologia em Gestão Pública o cumprimento desta carga horária mínima ocorrerá considerando o componente curricular Desenvolvimento de Projeto Integrador em práticas extensionistas com carga-horária de 190h previstas para integralização do currículo do curso.

O Desenvolvimento de Projeto Integrador (190h), conforme previsto na subseção 6.2.1, através de postura metodológica voltadas para o envolvimento de professores e alunos na busca da interdisciplinaridade, da contextualização de saberes e da inter-relação entre teoria e prática, que resultem como entrega na elaborar e apresentar um projeto de intervenção extensionista desenvolvido a partir de uma perspectiva interdisciplinar, tendo como principal referência os conteúdos ministrados ao longo do(s) semestre(s) cursado(s).

6.2 PRÁTICA PROFISSIONAL

A prática profissional constitui uma atividade articuladora entre o ensino, a pesquisa e a extensão, balizadoras de uma formação articulada e integral de sujeitos para atuar no mundo em constantes mudanças e desafios, regida pelos princípios da equidade (oportunidade igual a todos), flexibilidade (mais de uma modalidade de prática profissional), aprendizado continuado (articulação entre teoria e prática) e acompanhamento total ao estudante (orientação em todo o período de seu desenvolvimento). Constitui-se, portanto, condição indispensável para o graduando obter o Diploma de Tecnólogo.

As atividades de Prática Profissional consideram as possibilidades previstas na legislação vigente, de modo que, no âmbito do IFRN, a prática profissional terá carga horária mínima de 400 horas, objetivando a integração entre teoria e prática, com base na interdisciplinaridade, e resultando em documentos específicos de registro de cada atividade pelo estudante, sob o acompanhamento e supervisão de um orientador.

Ademais, para os cursos superiores de tecnologia, o aluno deverá estar cursando, no mínimo, o 3º período.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a Prática Profissional compreende o desenvolvimento de projeto integrador, de caráter extensionista (190 horas); atividades acadêmico-científico-culturais (25 horas) e atividades de prática profissional (185 horas).

O mecanismo de planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades da prática profissional é composto pelos seguintes itens:

- a) elaboração de um plano de atividades, aprovado pelo orientador;
- b) reuniões periódicas do estudante com o orientador;
- c) visita(s) periódica(s) do orientador ao local de realização, em caso de estágio;
- d) elaboração do documento específico de registro da atividade pelo estudante;
- e,
- e) entrega de relatório da atividade de prática profissional ao orientador.

Os documentos e registros elaborados deverão ser escritos de acordo com as normas da ABNT estabelecidas para a redação de trabalhos técnicos e científicos e farão parte do acervo bibliográfico do IFRN.

Será atribuída à prática profissional uma pontuação entre 0 (zero) e 100 (cem) e o estudante será aprovado com, no mínimo, 60 (sessenta) pontos. A nota final da prática profissional será calculada pela média aritmética ponderada das atividades envolvidas, tendo como pesos as respectivas cargas-horárias, devendo o aluno obter, para registro/validade, a pontuação mínima de 60 (sessenta) pontos, em cada uma das atividades.

Por fim, a prática profissional desenvolvida por meio de atividades acadêmico-científico-culturais não terá pontuação e, conseqüentemente, não entrará no cômputo da nota final da prática profissional, sendo condição suficiente o cumprimento da carga-horária mínima prevista no projeto pedagógico de curso.

6.2.1 Desenvolvimento de Projeto Integrador

Os projetos integradores se constituem em uma concepção e postura metodológica voltadas para o envolvimento de professores e alunos na busca da interdisciplinaridade, da contextualização de saberes e da inter-relação entre teoria e prática.

Os projetos integradores objetivam fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual, coletiva e a aplicação prática dos conhecimentos produzidos, o que funcionará como um espaço interdisciplinar com a finalidade de proporcionar, ao futuro tecnólogo, oportunidades de reflexão sobre a tomada de decisões mais adequadas à sua prática no campo organizacional, com base na integração dos conteúdos ministrados nas disciplinas.

O desenvolvimento dos projetos integradores proporciona:

- a) elaborar e apresentar um projeto de intervenção numa perspectiva interdisciplinar, tendo como principal referência os conteúdos ministrados ao longo do(s) semestre(s) cursado(s);
- b) desenvolver habilidades de relações interpessoais, de colaboração, de liderança, de comunicação, de respeito, de aprender a ouvir e a ser ouvido – atitudes necessárias ao bom desenvolvimento de um trabalho em grupo;
- c) adquirir uma atitude interdisciplinar, a fim de descobrir aplicações práticas aos conteúdos estudados;
- d) ser capaz de identificar e saber como aplicar o que está sendo estudado em sala de aula, na busca de soluções para os problemas que possam emergir; e
- e) desenvolver a capacidade para pesquisa que ajude a construir uma atitude favorável à formação permanente.

O desenvolvimento do projeto integrador, de natureza extensionista, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública será desenvolvido no terceiro período do curso, sendo iniciado no Seminário de Orientação ao Projeto Integrador, conforme previsto no programa da disciplina (Apêndice IV), com carga horária de 30 horas - 40h/a. O componente curricular do seminário irá orientar o desenvolvimento do projeto integrador de natureza extensionista, o qual terá como produto a entrega pelos (as) estudantes cursistas de um relatório previamente estabelecido pelo coordenador da prática profissional, consolidando uma carga-horária de 190h. O desenvolvimento do projeto integrador em práticas de extensão deverá ser iniciado e concluído dentro de um mesmo período letivo.

Cada projeto integrador extensionista poderá ter disciplinas vinculadas, cursadas concomitante ou anteriormente ao desenvolvimento do projeto. Além disso, nos períodos de realização de projeto integrador de natureza extensionista, o aluno deverá ter momentos em sala de aula, nos quais receberá orientações acerca da elaboração e do desenvolvimento das atividades.

Para a realização de cada projeto integrador de natureza extensionista é fundamental o cumprimento de algumas fases previstas no PPP do IFRN: objetivos; preparação e planejamento; desenvolvimento ou execução; e avaliação e apresentação de resultados (IFRN, 2012a).

O corpo docente tem um papel fundamental no planejamento e no desenvolvimento do projeto integrador extensionista. Por isso, para desenvolver o planejamento e acompanhamento contínuo das atividades, o docente deve estar disposto a partilhar o seu programa e suas ideias com os outros professores; deve refletir sobre o que pode ser realizado em conjunto; estimular a ação integradora dos conhecimentos e das práticas; deve compartilhar os riscos e aceitar os erros como aprendizagem; estar atento aos interesses dos alunos e ter uma atitude reflexiva, além de uma bagagem cultural e pedagógica importante para a organização das atividades de ensino-aprendizagem coerentes com a filosofia subjacente à proposta curricular.

Durante o desenvolvimento do projeto é necessária a participação de um professor na figura de coordenador para cada turma, de forma a articular os professores orientadores e alunos que estejam desenvolvendo projetos integradores. Assim, para cada turma que estiver desenvolvendo projetos integradores, será designado um professor coordenador de projeto integrador de natureza extensionista e será estabelecida uma carga horária semanal de acompanhamento.

O professor coordenador terá o papel de contribuir para que haja uma maior articulação entre as disciplinas vinculadas aos respectivos projetos integradores, assumindo um papel motivador no processo de ensino-aprendizagem. Enquanto o professor orientador terá o papel de acompanhar o desenvolvimento dos projetos de cada grupo de alunos, detectar as dificuldades enfrentadas por esses grupos, orientá-los quanto a busca de bibliografia e outros aspectos relacionados com a produção de trabalhos científicos, levando os alunos a questionarem suas ideias e demonstrando, continuamente, um interesse real por todo o trabalho realizado.

Ao trabalhar com projeto integrador de natureza extensionista, os docentes se aperfeiçoarão como profissionais reflexivos e críticos e como pesquisadores em suas salas de aula, promovendo uma educação crítica comprometida com ideais éticos e políticos que contribuam no processo de humanização da sociedade.

O corpo discente deve participar da proposição do tema do projeto bem como dos objetivos, das estratégias de investigação e das estratégias de apresentação e

divulgação que serão realizados pelo grupo, contando com a participação dos professores das disciplinas vinculadas ao projeto.

Caberá aos discentes, sob a orientação do professor orientador do projeto, desenvolver uma estratégia de interlocução com a sociedade que possibilite o esclarecimento do tema proposto.

Os grupos deverão socializar periodicamente o resultado de suas atividades (pesquisas bibliográficas, entrevistas, questionários, observações, diagnósticos etc.).

Para a apresentação dos trabalhos, cada grupo deverá:

- a) elaborar um roteiro da apresentação, com cópias para os colegas e para os professores; e
- b) providenciar o material didático para a apresentação (cartaz, transparência, recursos multimídia, faixas, vídeo, filme etc).

Cada projeto será avaliado por uma banca examinadora constituída pelos professores das disciplinas vinculadas ao projeto e pelo professor coordenador do projeto. A avaliação dos projetos terá em vista os critérios de: domínio do conteúdo; linguagem (adequação, clareza); postura; interação; nível de participação e envolvimento; e material didático (recursos utilizados e roteiro de apresentação).

Com base nos projetos desenvolvidos, os estudantes desenvolverão relatórios técnicos. O resultado dos projetos de todos os grupos deverá compor um único trabalho. Os temas selecionados para a realização dos projetos integradores poderão ser aprofundados dando origem à elaboração de trabalhos acadêmico-científico-culturais, inclusive poderão subsidiar a construção do trabalho de conclusão do curso.

6.2.2 Estágio Curricular Supervisionado

O estágio curricular supervisionado é uma das atividades previstas como possibilidade para o desenvolvimento da prática profissional. Caracteriza-se como um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora e acompanhadas por profissionais do mundo do trabalho, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional.

O estágio curricular supervisionado é considerado uma etapa educativa importante para consolidar os conhecimentos específicos do curso e tem por objetivos:

- a) possibilitar ao estudante o exercício da prática profissional, articulando teoria e prática como parte integrante de sua formação;
- b) facilitar o ingresso do estudante no mundo do trabalho; e

- c) promover a integração do IFRN com o mundo do trabalho e com a sociedade em geral.

O estágio curricular deverá seguir as normas instituídas pelos documentos orientadores do IFRN e legislações específicas.

O acompanhamento do estágio será realizado por um supervisor técnico da empresa/instituição na qual o estudante desenvolve o estágio, mediante acompanhamento *in loco* das atividades realizadas, e por um professor orientador, lastreado nos relatórios periódicos de responsabilidade do estagiário, em encontros semanais com o estagiário, contatos com o supervisor técnico e visita ao local do estágio, sendo necessária, no mínimo, uma visita por semestre para cada estudante orientado.

As atividades programadas para o estágio devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo aluno no decorrer do curso.

Ao final do estágio, e somente nesse período, o estudante deverá apresentar um relatório técnico.

Nos períodos de realização de estágio curricular, o aluno terá momentos em sala de aula, no qual receberá as orientações.

6.2.3 Atividades Complementares (Atividades Acadêmico-Científico-Culturais)

Com caráter de complementação da prática profissional, o estudante deverá cumprir, no mínimo, 25 horas em outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais, reconhecidas pelo Colegiado do Curso. Essas atividades devem envolver ensino, pesquisa e extensão, com as respectivas cargas horárias previstas no Quadro 6.

Para a contabilização das atividades acadêmico-científico-culturais, o estudante deverá solicitar, por meio de requerimento à Coordenação do Curso, a validação das atividades desenvolvidas com os respectivos documentos comprobatórios. A validação das atividades deverá ser feita por banca composta pelo Coordenador do Curso, como presidente, e por, no mínimo, dois docentes do curso. Cada documento apresentado só poderá ser contabilizado uma única vez e somente poderão ser contabilizadas as atividades que forem realizadas no decorrer do período em que o aluno estiver vinculado ao Curso. A pontuação acumulada em horas será contabilizada dentro do cumprimento da prática profissional, correspondendo às horas de atividades previstas no quadro acima.

Quadro 6 – Distribuição de carga horária de outras atividades acadêmico-científico-culturais.

Atividade	Horas por atividade*
Participação em conferências, palestras, congressos, seminários ou outros eventos acadêmico-artístico-culturais, na área do curso ou afim	Conforme certificação ou 4h por turno
Participação em curso na área de formação ou afim	Carga horária constante no certificado
Exposição ou publicação de trabalhos em eventos regionais na área do curso ou afim	15h
Exposição ou publicação de trabalhos em eventos nacionais na área do curso ou afim	20h
Exposição ou publicação de trabalhos em eventos internacionais na área do curso ou afim	25h
Publicações de trabalhos em revistas ou periódicos com ISSN na área do curso ou afim	50h
Coautoria de capítulos de livros com ISBN na área do curso ou afim	50h
Participação em projeto de extensão (como bolsista ou voluntário) na área do curso	25h por projeto semestral ou 50h por projeto anual
Participação em projeto de pesquisa (como bolsista ou voluntário) na área do curso ou afim	25h por projeto semestral ou 50h por projeto anual
Participação em projeto de ensino (como bolsista ou voluntário) na área do curso ou afim	25h por projeto semestral ou 50h por projeto anual
Desenvolvimento de tutoria/monitoria (como bolsista ou voluntário) na área do curso ou afim	25h (como bolsista ou voluntário por semestre)
Participação na organização de eventos acadêmico-científicos na área do curso ou afim	10h
Realização de estágio extracurricular ou voluntário na área do curso ou afim (carga horária total mínima de 50 horas)	25h por estágio semestral ou 50h por estágio anual
Participação em Colegiados/Representação Estudantil e outras representações	5h por comissão/Representação por semestre
*Caso o certificado do evento não apresente a carga-horária, será considerada a carga horária de 4h por turno.	

6.3 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é componente curricular obrigatório para a obtenção do título de Tecnólogo. Corresponde a uma produção acadêmica que expressa as competências e as habilidades desenvolvidas (ou os conhecimentos adquiridos) pelos estudantes durante o período de formação. Desse modo, o TCC será desenvolvido no último período a partir da verticalização dos conhecimentos construídos nos projetos realizados ao longo do curso ou do aprofundamento em pesquisas acadêmico-científicas.

O estudante terá momentos de orientação e tempo destinado à elaboração da produção acadêmica correspondente.

São consideradas produções acadêmicas de TCC para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública:

- a) monografia;
- b) artigo científico;
- c) capítulo de livro publicado;
- d) relatório de experiência profissional na área objeto do curso;
- e) relatório de projeto de pesquisa;
- f) relatório de projeto de extensão;
- g) relatório de estágio na área objeto do curso.

O TCC será acompanhado por um professor orientador e o mecanismo de planejamento, acompanhamento e avaliação é composto pelos seguintes itens:

- a) elaboração de um plano de atividades aprovado pelo professor orientador;
- b) reuniões periódicas do aluno com o professor orientador;
- c) elaboração da produção acadêmica e/ou científica pelo estudante;
- d) entrega do trabalho para a Coordenação do Curso, deferido pelo orientador; e
- e) avaliação e defesa pública do trabalho pelo estudante perante uma banca examinadora.
- f) entrega da versão final do trabalho com as devidas correções para a Coordenação do Curso no prazo máximo de 30 dias após a defesa, deferido pelo orientador.

Para os alunos com deficiência e dificuldade de aprendizagem, o nível de complexidade da produção acadêmico-científica a ser apresentado pelo(a) aluno(a), estará relacionado a sua necessidade educacional específica a partir da avaliação do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais - NAPNE.

A banca examinadora será composta pelo professor orientador e dois profissionais pós-graduados, podendo ser convidado para compor essa banca um profissional externo de reconhecida experiência profissional na área de desenvolvimento do objeto de estudo.

As atividades desenvolvidas para a prática profissional deverão ser individuais sob a orientação de um ou mais professores.

A avaliação do TCC terá em vista os critérios de: domínio do conteúdo; linguagem (adequação, clareza); postura; interação; nível de participação e envolvimento; e material didático (recursos utilizados e roteiro de apresentação).

Será atribuída ao TCC uma pontuação entre 0 (zero) e 100 (cem) e o estudante será aprovado com, no mínimo, 60 (sessenta) pontos. Caso o estudante não alcance a nota mínima de aprovação no TCC, deverá ser reorientado com o fim de realizar as necessárias adequações/correções e submeter novamente o trabalho à aprovação.

6.4 DIRETRIZES CURRICULARES E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS

Este Projeto Pedagógico de Curso norteia o currículo no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade presencial. Caracteriza-se, portanto, como expressão coletiva, sobretudo dos membros do Núcleo Central Estruturante (NCE) de Gestão e Negócio, que representam o conjunto de profissionais atuantes nos cursos Superiores de Tecnologia em Gestão Pública do IFRN, devendo ser avaliado periódica e sistematicamente pela comunidade escolar, apoiados por uma comissão avaliadora com competência para a referida prática pedagógica.

Qualquer alteração deve ser proposta sempre que se verificar defasagem entre o perfil de conclusão do curso, os objetivos e a organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais, mediante avaliações institucionais, acompanhamento realizado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e pela comunidade acadêmica e avaliações externas. Essas alterações deverão ser efetivadas mediante solicitação aos conselhos competentes, seguindo os trâmites institucionais, conforme normatizado pelos documentos regulatórios do IFRN e demais legislações pertinentes.

Os princípios pedagógicos, filosóficos e legais que subsidiam a organização definidos neste projeto pedagógico de curso, nos quais a relação teoria-prática é o princípio fundamental associado à estrutura curricular do curso, conduzem a um fazer pedagógico em que atividades como práticas interdisciplinares, seminários, oficinas, visitas técnicas e desenvolvimento de projetos, entre outros, estão presentes durante os períodos letivos.

6.4.1 Desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem

O trabalho coletivo entre os grupos de professores da mesma base de conhecimento e entre os professores de base científica e de base tecnológica específica é imprescindível à construção de práticas didático-pedagógicas integradas, resultando na construção e apreensão dos conhecimentos pelos estudantes numa perspectiva do

pensamento relacional. Para tanto, os professores deverão desenvolver aulas de campo, atividades laboratoriais, projetos integradores e práticas coletivas juntamente com os estudantes. Para essas atividades, os professores têm à disposição horários para encontros ou reuniões de grupo, destinados a um planejamento antecipado e acompanhamento sistemático.

Considera-se a aprendizagem como processo de construção de conhecimento em que, partindo dos conhecimentos prévios dos alunos, os professores assumem um papel fundamental de mediação, idealizando estratégias de ensino de maneira que, a partir da articulação entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento escolar, o aluno possa desenvolver suas percepções e convicções acerca dos processos sociais e de trabalho, construindo-se como pessoa e profissional com responsabilidade ética, técnica e política em todos os contextos de atuação.

Neste sentido, a avaliação da aprendizagem assume dimensões mais amplas, ultrapassando a perspectiva da mera aplicação de provas e testes para assumir uma prática diagnóstica e processual com ênfase nos aspectos qualitativos.

6.4.2 Acompanhamento e apoio pedagógico ao discente

Visando possibilitar tanto a permanência quanto o êxito dos ingressantes no curso, busca-se desenvolver o trabalho pedagógico na perspectiva do currículo integrado, conforme preconizado no Projeto Político-Pedagógico do IFRN. Dessa forma, seguindo os princípios e diretrizes para o desenvolvimento da prática pedagógica, nas Reuniões Pedagógicas (RP), realizadas em conjunto com a Equipe Técnico-Pedagógica e com a Direção Acadêmica, e nas Reuniões de Grupo (RG), os docentes buscam encontrar metodologias integradoras e acessíveis, objetivando proporcionar o protagonismo dos estudantes.

Nessa perspectiva, desde o início do curso, são desenvolvidos seminários de integração, pesquisa e extensão como ações de acolhimento e orientação aos discentes. Ao longo do curso são desenvolvidos outros seminários, em especial para orientação da prática profissional. Os coordenadores de curso, em conjunto com o coordenador de extensão, buscam integrar os discentes em estágios remunerados ou não, conforme a natureza do curso, ou em outras atividades consideradas como prática profissional.

A instituição dispõe de uma equipe técnico-pedagógica que realiza, dentre outros, o trabalho de acompanhamento do curso e orientação aos discentes e apoio pedagógico aos docentes. Nesse trabalho de acompanhamento são desenvolvidas ações como:

realização de diagnóstico para identificar dificuldades dos estudantes no início dos componentes curriculares; promoção de estratégias que tornem o conteúdo mais significativo para os estudantes; execução de estratégias de aprendizagem que priorizem atividades no horário da aula para os cursos destinados ao público trabalhador; estimulação aos estudantes para participação de atividades acadêmicas e extracurriculares e acompanhamento pedagógico sistemático.

No âmbito da instituição, outros pleitos integrados são empenhados, visando a permanência e o êxito dos estudantes, conforme constam no PDI. Assim, são desenvolvidas ações que articulam as diferentes pró-reitorias e diretorias sistêmicas para o desenvolvimento de projetos e programas que envolvam os estudantes. Esses também são instados a participarem da vida acadêmica, proporcionando a construção de novos conhecimentos, a troca de experiência e a interação com outras culturas, seja por meio de intercâmbios, visitas técnicas ou participação em eventos técnico-científicos ou culturais.

6.5 INCLUSÃO, DIVERSIDADE E FORMAÇÃO INTEGRAL

Este projeto pedagógico de curso assume a inclusão e a diversidade, pois é mister que se fundamente no diálogo que ressalta a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir as pessoas até então marginalizadas. Para tal fim é basilar que a formação de educadores promova a reflexão, objetivando a sensibilização e o conhecimento da importância da participação dos sujeitos para a vida em sociedade.

O IFRN cumpre, assim, a regulamentação das Políticas de Inclusão (Decreto nº 5.296/2004), da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15), da legislação relativa às questões étnico-raciais (Leis nº 10.639/03 e 11.645/08; Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, e Resolução CNE/CP nº 02, de 07 de julho 2015). Nesse sentido, o curso atende a essas demandas a partir da inserção de atividades e conteúdos referentes ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, às Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, à Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e às Políticas de educação ambiental.

Além da abordagem de conteúdos de modo interdisciplinar, os núcleos atuantes em temáticas inclusivas, descritos a seguir, buscam articular tais temáticas na formação por meio de atividades de estudos, pesquisas e extensão no decorrer do curso.

6.5.1 Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) subsidia o IFRN nas ações e estudos voltados à inclusão de estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades) e Pessoas com Transtornos Funcionais Específicos (pessoas com dislalia, discalculia, dislexia e disgrafia). Ressalta-se que os transtornos globais de desenvolvimento englobam: Transtorno do Espectro Autista; Síndrome de Rett; Síndrome de Down; Transtorno Desintegrativo da Infância; e, Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação.

O NAPNE tem as suas atividades voltadas, sobretudo, para o fomento e assessoramento do desenvolvimento de ações inclusivas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. Seus objetivos preveem: difundir a prática educativa democrática e a inclusão social como diretriz do IFRN; promover as condições necessárias para o ingresso e permanência de estudantes com necessidades educacionais específicas; promover e participar de estudos, discussões e eventos sobre a inclusão social; integrar os diversos segmentos que compõem a comunidade do IFRN por meio de ações de sensibilização que favoreçam a corresponsabilidade na construção da ação educativa de inclusão social na Instituição; atuar nos colegiados dos cursos, oferecendo suporte no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes; potencializar o processo ensino e aprendizagem por meio de orientação dos recursos de novas tecnologias assistidas, inclusive mediando projetos de inovação tecnológica assistida desenvolvidos por estudantes e docentes; propor e acompanhar ações de eliminação de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na instituição; incentivar a implantação de conteúdo, disciplinas permanentes e/ou optativas referentes à Educação Inclusiva nos cursos ofertados pelo IFRN; atuar junto aos professores na adaptação e produção dos materiais didáticos e apoiar os servidores no atendimento de pessoas com necessidades educacionais específicas no ambiente escolar; promover e estimular o desenvolvimento de atividades formativas para a comunidade educativa do IFRN;

articular as atividades desenvolvidas com as ações de outras Instituições voltadas ao trabalho com pessoas com necessidades educacionais específicas.

6.5.2 Adequações Curriculares

De acordo com o PPP (IFRN, 2012), o IFRN se compromete com uma educação inclusiva baseada no direito de educação para todos. Prevê, então, como princípio, a adequação das práticas pedagógicas e, como diretriz, um currículo aberto e flexível para respeitar as necessidades formativas e individuais, a diversificação das atividades e uma avaliação processual e formativa, considerando “os conhecimentos prévios, as possibilidades de aprendizagens futuras e os ritmos diferenciados” (IFRN, 2012, p. 193).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), em seu artigo nº 59, determina que os sistemas de ensino devem assegurar “aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos”. Corroborando com esta determinação, a Lei nº 13.146/15 (BRASIL, 2015), em seu artigo nº 28, preconiza que o poder público deve realizar adaptações razoáveis para o referido público, bem como assegurar e implementar

[...] adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino; [...] planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva [...]

Frente a este cenário, buscando a inclusão de todos os estudantes, torna-se importante a realização de adequações curriculares, compreendidas como “possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos estudantes. Pressupõem que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torna-lo apropriado às peculiaridades dos estudantes com necessidades especiais” (SEESP/MEC, 2003).

Neste caso, orienta-se que, durante o planejamento e execução do curso, seja realizado, por meio de um trabalho colaborativo entre coordenação de curso, equipe técnico pedagógica, professores e NAPNE, um estudo para identificar as necessidades de adequações curriculares para os estudantes com dificuldades de aprendizagem, elaborando estratégias formativas e metodológicas para atender às suas necessidades.

6.5.3 Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFRN é um grupo de trabalho responsável por fomentar ações, de natureza sistêmica, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, que promovam o cumprimento efetivo das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 e os demais instrumentos legais correlatos.

O NEABI tem como finalidades: propor, fomentar e realizar ações de ensino, pesquisa, extensão sobre as várias dimensões das relações étnico-raciais; sensibilizar e reunir pesquisadores, professores, técnico-administrativos, estudantes, representantes de entidades afins e demais interessados na temática das relações étnico-raciais; colaborar e promover, por meio de parcerias, ações estratégicas no âmbito da formação inicial e continuada dos profissionais em articulação com os Sistemas de Educação do Rio Grande do Norte; contribuir para a ampliação do debate e da abrangência das políticas de ações afirmativas e de promoção da igualdade racial e; produzir e divulgar conhecimentos sobre relações étnico-raciais junto às instituições educacionais, sociedade civil organizada e população em geral.

Explicita-se a necessidade de diálogo constante entre os objetivos dos núcleos e o fazer pedagógico de cada docente formador no cotidiano de suas atividades junto aos futuros tecnólogos/as.

6.6 INDICADORES METODOLÓGICOS

Neste projeto pedagógico de curso, a metodologia é entendida como um conjunto de procedimentos empregados com o fim de atingir os objetivos propostos para a graduação tecnológica, assegurando uma formação integral dos estudantes. Para a sua concretude é recomendado considerar as características específicas dos alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os seus conhecimentos prévios, orientando-os na (re)construção dos conhecimentos escolares, bem como na especificidade do curso.

O estudante vive as incertezas próprias do atual contexto histórico, das condições sociais, psicológicas e biológicas. Em razão disso, faz-se necessária a adoção de procedimentos didático-pedagógicos que possam auxiliá-los nas suas construções intelectuais, procedimentais e atitudinais, tais como:

- a) problematizar o conhecimento, buscando confirmação em diferentes fontes;
- b) reconhecer o erro como algo implícito ao processo de aprendizagem;

- c) entender a totalidade como uma síntese das múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade;
- d) reconhecer a existência de uma identidade comum do ser humano, sem esquecer-se de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do aluno;
- e) adotar a pesquisa como um princípio educativo;
- f) articular e integrar os conhecimentos das diferentes áreas sem sobreposição de saberes;
- g) adotar atitude interdisciplinar nas práticas educativas;
- h) contextualizar os conhecimentos sistematizados, valorizando as experiências dos alunos, sem perder de vista a (re)construção do saber escolar;
- i) organizar um ambiente educativo que articule múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação dos jovens e adultos, favorecendo a transformação das informações em conhecimentos diante das situações reais de vida;
- j) diagnosticar as necessidades de aprendizagem dos (as) estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;
- k) elaborar materiais impressos a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;
- l) elaborar e executar o planejamento, registro e análise das aulas realizadas;
- m) elaborar projetos com objetivo de articular e inter-relacionar os saberes, tendo como princípios a contextualização e a interdisciplinaridade;
- n) utilizar recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas;
- o) sistematizar coletivos pedagógicos que possibilitem os estudantes e professores refletir, repensar e tomar decisões referentes ao processo ensino-aprendizagem de forma significativa; e
- p) ministrar aulas interativas, por meio do desenvolvimento de projetos, seminários, debates, atividades individuais e outras atividades em grupo.

7 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A proposta pedagógica do curso prevê uma avaliação contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada no processo ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa, que devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades e que funcione como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Nessa perspectiva, a avaliação dá significado ao trabalho dos (as) estudantes e docentes e à relação professor-estudante como ação transformadora e de promoção social em que todos devem ter direito a aprender, refletindo a sua concepção de mediação pedagógica como fator regulador e imprescindível no processo de ensino e aprendizagem.

Avalia-se, portanto, para constatar os conhecimentos dos estudantes em nível conceitual, procedimental e atitudinal, para detectar erros, corrigi-los, não se buscando simplesmente registrar desempenho insatisfatório ao final do processo. Avaliar está relacionado com a busca de uma aprendizagem significativa para quem aprende e também para atender às necessidades do contexto atual.

Assim, a avaliação tem como função priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem, isto é, o desempenho do estudante ao longo do período letivo, não se restringindo apenas a uma prova ou trabalho ao final do período letivo. Para tanto, o estudante deve saber o que será trabalhado em ambientes de aprendizagem, os objetivos para o estudo de temas e de conteúdo e as estratégias que são necessárias para que possa superar as dificuldades apresentadas no processo.

Nessa perspectiva, é de suma importância que o professor utilize instrumentos diversificados que lhe possibilitem observar melhor o desempenho do estudante nas atividades desenvolvidas e tomar decisões, tal como reorientar o estudante no processo diante das dificuldades de aprendizagem apresentadas, exercendo o seu papel de orientador que reflete na ação e que age.

Assim sendo, a avaliação deverá permitir ao docente identificar os elementos indispensáveis à análise dos diferentes aspectos do desenvolvimento do estudante e do planejamento do trabalho pedagógico realizado. É, pois, uma concepção que implica numa avaliação que deverá acontecer de forma contínua e sistemática mediante interpretações qualitativas dos conhecimentos construídos e reconstruídos pelos estudantes no desenvolvimento de suas capacidades, atitudes e habilidades.

A proposta pedagógica do curso prevê atividades avaliativas que funcionem como instrumentos colaboradores na verificação da aprendizagem, contemplando os seguintes aspectos:

- a) adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- b) prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- c) inclusão de atividades contextualizadas;
- d) manutenção de diálogo permanente com o estudante;
- e) consenso dos critérios de avaliação a serem adotados e cumprimento do estabelecido;
- f) disponibilização de apoio pedagógico para aqueles que têm dificuldades;
- g) adoção de estratégias cognitivas e metacognitivas como aspectos a serem considerados nas avaliações;
- h) adoção de procedimentos didático-pedagógicos visando à melhoria contínua da aprendizagem;
- i) discussão, em sala de aula dos resultados obtidos pelos estudantes nas atividades desenvolvidas; e
- j) observação das características dos estudantes, seus conhecimentos prévios integrando-os aos saberes sistematizados do curso, consolidando o perfil do trabalhador-cidadão, com vistas à (re)construção do saber escolar.

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplinas e bimestres, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº 9.394/96.

A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas.

O desempenho acadêmico dos estudantes por disciplina e em cada bimestre letivo, obtido a partir dos processos de avaliação, será expresso por uma nota, na escala de 0 (zero) a 100 (cem). Será considerado aprovado na disciplina o estudante que, ao final do 2º bimestre, não for reprovado por falta e obtiver média aritmética ponderada igual ou superior a 60 (sessenta), de acordo com a seguinte equação:

$$MD = \frac{2N_1 + 3N_2}{5}$$

na qual

MD = média da disciplina

N1 = nota do estudante no 1º bimestre

N2 = nota do estudante no 2º bimestre

O estudante que não for reprovado por falta e obtiver média igual ou superior a 20 (vinte) e inferior a 60 (sessenta) terá direito a submeter-se a uma avaliação final em cada disciplina, em prazo definido no calendário acadêmico do *Campus* de vinculação do estudante. Será considerado aprovado, após avaliação final, o estudante que obtiver média final igual ou maior que 60 (sessenta), de acordo com as seguintes equações:

$$MFD = \frac{MD + NAF}{2}, \text{ ou}$$
$$MFD = \frac{2NAF + 3N_2}{5}, \text{ ou } MFD = \frac{2N_1 + 3NAF}{5}$$

nas quais

MFD = média final da disciplina

MD= média da disciplina

NAF = nota da avaliação final

N₁ = nota do estudante no 1º bimestre

N₂ = nota do estudante no 2º bimestre

Em todos os cursos ofertados no IFRN será considerado reprovado por falta o estudante que não obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total das disciplinas cursadas, independentemente da média final.

Os critérios de verificação do desempenho acadêmico dos estudantes são tratados pela Organização Didática do IFRN.

8 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)

Os cursos superiores de graduação serão aferidos mediante uma avaliação sistêmica dos PPC e avaliações locais do desenvolvimento dos cursos, tendo por referência a auto avaliação institucional, a avaliação das condições de ensino, a avaliação sistêmica e a avaliação *in loco*, a serem realizadas, em conjunto, por componentes do Núcleo Central Estruturante (NCE) vinculado ao curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de cada *Campus*.

A auto avaliação institucional e a avaliação das condições de ensino deverão ser realizadas anualmente pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que tem por finalidade a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pelo INEP. O resultado da auto avaliação institucional deverá ser organizado e publicado pela CPA, analisado e discutido em cada Diretoria Acadêmica do IFRN e, especificamente, pelos cursos, mediado pela coordenação junto aos professores e estudantes.

O NCE constitui-se num órgão de assessoramento, vinculado à Diretoria de Avaliação e Regulação do Ensino da Pró-Reitoria de Ensino, sendo composto por comissão permanente de especialistas, assessores aos processos de criação, implantação, consolidação e avaliação de cursos na área de sua competência. Nessa perspectiva, a atuação do NCE tem como objetivo geral garantir a unidade da ação pedagógica e do desenvolvimento do currículo no IFRN, com vistas a manter um padrão de qualidade do ensino, em acordo com o Projeto Político-Pedagógico Institucional e o Projeto Pedagógico de Curso.

Por outro lado, o NDE constitui-se como órgão consultivo e de assessoramento, vinculado ao Colegiado de Curso, composto de um grupo de docentes que exercem liderança acadêmica, percebida no desenvolvimento do ensino, na produção de conhecimentos na área e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuam sobre o desenvolvimento do curso.

A avaliação e eventuais correções de rumos necessárias ao desenvolvimento do PPC devem ser realizadas anualmente e definidas a partir dos critérios expostos a seguir:

- a) Justificativa do curso – deve observar a pertinência no âmbito de abrangência, destacando: a demanda da região, com elementos que sustentem a criação e manutenção do curso; o desenvolvimento econômico da região, que justifiquem a criação e manutenção do curso; a descrição da população da

educação básica local; a oferta já existente de outras instituições de ensino da região; a política institucional de expansão que abrigue a oferta e/ou manutenção do curso; a vinculação com o PPP e o PDI do IFRN.

- b) Objetivos do curso – devem expressar a função social e os compromissos institucionais de formação humana e tecnológica, bem como as demandas da região e as necessidades emergentes no âmbito da formação docente para a educação básica.
- c) Perfil profissional do egresso – deve expressar as competências profissionais do egresso do curso.
- d) Número de vagas ofertadas – deve corresponder à dimensão (quantitativa) do corpo docente e às condições de infraestrutura no âmbito do curso.
- e) Estrutura curricular – deve apresentar flexibilidade, interdisciplinaridade, atualização com o mundo do trabalho e articulação da teoria com a prática.
- f) Conteúdos curriculares – devem possibilitar o desenvolvimento do perfil profissional, considerando os aspectos de competências do egresso e de cargas horárias.
- g) Práticas do curso – devem estar comprometidas com a interdisciplinaridade, a contextualização, com o desenvolvimento do espírito crítico-científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.
- h) Programas sistemáticos de atendimento ao discente – devem considerar os aspectos de atendimento extraclasse, apoio psicopedagógico e atividades de nivelamento.
- i) Pesquisa e inovação tecnológica – deve contemplar a participação do discente e as condições para desenvolvimento de atividades de pesquisa e inovação tecnológica.

9 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DE CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS

No âmbito deste projeto pedagógico de curso, compreende-se o aproveitamento de estudos como a possibilidade de aproveitamento de disciplinas estudadas em outro curso superior de graduação; e a certificação de conhecimentos como a possibilidade de certificação de saberes adquiridos através de experiências previamente vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar, com o fim de alcançar a dispensa de disciplinas integrantes da matriz curricular do curso por meio de uma avaliação teórica ou teórico-prática, conforme as características da disciplina.

Os aspectos operacionais relativos ao aproveitamento de estudos e à certificação de conhecimentos, adquiridos através de experiências vivenciadas previamente ao início do curso, são tratados pela Organização Didática do IFRN.

10 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O Quadro 7 a seguir apresenta a estrutura física necessária ao funcionamento do Curso de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade presencial.

Quadro 7 – Quantificação e descrição das instalações necessárias ao funcionamento do curso.

Qtde.	Espaço Físico	Descrição
08	Salas de Aula	Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.
01	Sala de Audiovisual ou Projeções	Com 60 cadeiras, projetor multimídia, computador, televisor e DVD player.
01	Sala de videoconferência	Com 40 cadeiras, equipamento de videoconferência, computador e televisor.
01	Auditório	Com 100 lugares, projetor multimídia, computador, sistema de caixas acústicas e microfones.
01	Biblioteca	Com espaço de estudos individual e em grupo, e acervo bibliográfico e de multimídia específicos.
01	Laboratório de Informática	Com 20 máquinas, softwares e projetor multimídia.
01	Laboratório de Estudos	Com computadores, para apoio ao desenvolvimento de trabalhos por alunos

10.1 BIBLIOTECA

A Biblioteca é um ambiente de desenvolvimento de ações que contribuem para os processos de ensino-aprendizagem e uma unidade informacional com o objetivo de organizar e disseminar a informação junto à comunidade em apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Funciona com um sistema automatizado, facilitando a busca ao acervo que, além de estar informatizado, está tombado junto ao patrimônio da instituição.

O acervo é organizado por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, como exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso e de livre acesso para todos os usuários, respeitando-se as normas vigentes. Oferece serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas às bases de dados e ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas.

Dessa forma, de modo a atender aos indicadores de padrões de qualidade e as recomendações do Ministério da Educação para autorização e/ou reconhecimento de cursos, nos programas de cada componente curricular que compõem o curso, estão previstos 3 (três) títulos na bibliografia básica e 5 (cinco) títulos na bibliografia complementar. Para os títulos da bibliografia básica estão disponíveis, para consulta e

empréstimo, um exemplar dos livros indicados para cada 5 (cinco) vagas autorizadas, além de mais um exemplar como reserva técnica. E, para os títulos da bibliografia complementar, estão disponíveis para consulta e empréstimo 2 exemplares, além de mais um exemplar como reserva técnica.

A listagem com o acervo bibliográfico básico necessário ao desenvolvimento do curso é apresentada no Apêndice VI.

11 PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Os quadros 8 e 9 descrevem, respectivamente, o pessoal docente e técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Curso, tomando por base o desenvolvimento simultâneo de uma turma para cada período do curso, correspondente ao Quadro 1.

Quadro 8 – Pessoal docente necessário ao funcionamento do curso.

Descrição	Qtde.
Núcleo Fundamental	
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com licenciatura em Língua Portuguesa	01
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com licenciatura em Matemática ou Bacharelado em Administração ou Bacharelado em Engenharia de Produção ou Bacharelado em Ciências Contábeis ou Bacharelado em Economia	01
Núcleo Científico e Tecnológico	
Unidade Básica	
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com licenciatura em Informática ou bacharelado em Administração ou bacharelado em Ciências da Computação ou tecnólogo em Sistemas de Informação ou tecnólogo em Gestão de Tecnologia da Informação ou tecnólogo em Informática.	01
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com bacharelado em Estatística.	01
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com bacharelado em Administração	01
Unidade Tecnológica	
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de Administração.	08
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de Administração ou Direito ou Sociologia ou Filosofia	01
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de Direito	01
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de Economia	01
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de Ciências Contábeis	02
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de Psicologia	01
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de Informática ou Administração	01
Total de professores necessários	20

Quadro 9 – Pessoal técnico-administrativo necessário ao funcionamento do curso.

Descrição	Qtde.
Apoio Técnico	
Profissional de nível superior na área de Pedagogia, para assessoria técnica ao coordenador de curso e professores, no que diz respeito às políticas educacionais da Instituição, e acompanhamento didático-pedagógico do processo de ensino aprendizagem.	01
Profissional técnico de nível médio/intermediário para manter, organizar e definir demandas dos laboratórios de apoio ao Curso.	01
Profissional de nível superior na área de Biblioteconomia para assessoria técnica na gestão dos serviços informacionais e educacionais prestados pela biblioteca nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.	01
Profissional técnico de nível médio/intermediário na área de Informática para manter, organizar e definir demandas dos laboratórios de apoio ao Curso.	01
Apoio Administrativo	
Profissional de nível médio/intermediário para prover a organização e o apoio administrativo da secretaria do Curso.	01
Total de técnicos-administrativos necessários	05

Além disso, é necessária a existência de um professor Coordenador de Curso, com pós-graduação *stricto sensu* e com graduação na área de Gestão e Negócios, responsável pela organização, decisões, encaminhamentos e acompanhamento do curso.

12 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Após a integralização de todos os componentes curriculares que compõem a matriz curricular, inclusive a realização da prática profissional do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, será conferido ao estudante o Diploma de Tecnólogo em Gestão Pública.

O tempo máximo para a integralização curricular pelo estudante será de até duas vezes a duração prevista na matriz curricular do curso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

_____. Lei nº 11.741/2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos da educação profissional e tecnológica.

_____. Lei nº 12.711/2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

_____. Decreto nº 7.824/2012. Regulamenta a Lei 12.711/2012 Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio

_____. Lei nº 11.892/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. Lei nº 13.146/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

_____. Lei nº 10.861/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências.

_____. Lei nº 10.639/2003. Altera a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História Afro-Brasileira e dá outras providências.

_____. Lei nº 11.645/2008. Altera a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

_____. Decreto nº 3.860/2001. Além de dar outras providências, dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições;

_____. Decreto nº 5.154/2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

CNE/Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 03/2002. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico. Brasília/DF: 2002.

_____. Parecer CNE/CES nº 277/2006. Trata da nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação. Brasília/DF: 2006.

_____. Parecer CNE/CP nº 29/2002. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo. Brasília/DF: 2002.

_____. Resolução CNE/CP nº 03/2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Brasília/DF: 2002.

_____. Parecer CNE/CES nº 436/2001. Traça orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de tecnólogo. Brasília/DF: 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 57-82.

IFRN/Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva. Natal/RN: IFRN, 2011.

_____. Organização Didática do IFRN. Natal/RN : IFRN, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/MEC. Catálogo dos Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília/DF: 2016. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3edc-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 29 março, 2019.

_____. Portaria MEC nº 10/2006. Cria e aprova o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/MEC. Portaria nº 1.383, de 31 de outubro de 2017. Brasília/DF: 2017. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf . Acesso em: 17/abril,2019.

APÊNDICE I - EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO NÚCLEO FUNDAMENTAL

Curso: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Disciplina: Língua Portuguesa

Pré-
requisito(s): Nenhum

Carga-Horária: 60h (80h/a)

Número de créditos 4

EMENTA

Aspectos gramaticais, leitura e produção de textos.

PROGRAMA

Objetivos

Quanto aos aspectos gramaticais:

- aperfeiçoar os conhecimentos (teórico e prático) sobre as convenções relacionadas ao registro padrão escrito e usos da modalidade padrão-formal a partir do texto.

Quanto à leitura de textos escritos:

- recuperar o tema e a intenção comunicativa dominante;
- reconhecer, a partir de traços caracterizadores manifestos, a(s) sequência(s) textual(is) presente(s) e o gênero textual configurado;
- utilizar-se de estratégias de sumarização;
- descrever a progressão discursiva;
- identificar e utilizar os elementos coesivos e reconhecer se assinalam a retomada ou o acréscimo de informações;
- avaliar o texto, considerando a articulação coerente dos elementos linguísticos, dos parágrafos e demais partes do texto; a pertinência das informações e dos juízos de valor; e a eficácia e intenção comunicativa.

Quanto à produção de textos:

- Produzir textos representativos das sequências argumentativa, injuntiva, expositiva, dialogal, bem como gêneros que articulem a sequência textual de base (fichamento, resumo acadêmico, resenha acadêmica, exposição oral, folder etc.), considerando a articulação coerente dos elementos linguísticos, dos parágrafos e das demais partes do texto; a pertinência das informações e dos juízos de valor; e a eficácia comunicativa.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Aspectos gramaticais analisados

- 1.1. Padrões frasais escritos
- 1.2. Convenções ortográficas
- 1.3. Pontuação
- 1.4. Concordância
- 1.5. Regência

Obs.: os conteúdos gramaticais devem ser ministrados, de forma assistemática, a partir da leitura e produção textuais.

2. Leitura e produção de textos

- 2.1. Conhecimentos necessários à leitura e à produção de textos: conhecimentos linguístico, enciclopédico, pragmático e interacional
- 2.2. Tema e intenção comunicativa
- 2.3. Progressão discursiva
- 2.4. Paragrafação: organização e articulação de parágrafos, tópicos frasais
- 2.5 Estratégias de sumarização
- 2.6 Sequências textuais (argumentativa, injuntiva, expositiva, dialogal) articuladores linguísticos e elementos macroestruturais básicos
- 2.7 Gêneros textuais (fichamento, resumo acadêmico, resenha acadêmica, exposição oral, folder etc); elementos composicionais, temáticos, estilísticos e pragmáticos
- 2.8 Coesão: elementos coesivos e processos de coesão textual
- 2.9 Coerência: tipos de coerência (interna e externa) e requisitos de coerência interna (continuidade, progressão, não-contradição e articulação)

Obs.: Sugere-se trabalhar textos escritos e orais relacionados aos cursos em que a disciplina é ofertada.

Procedimentos Metodológicos

Aula expositiva - dialogada, leitura e estudos dirigidos, discussão e exercícios com o auxílio das diversas tecnologias da comunicação e da informação.

Recursos Didáticos

Apostilas elaboradas pelos professores, quadro branco, computador, projetor multimídia, usos de redes e aplicativos sediados na internet.

Avaliação

Contínua por meio de atividades orais e escritas, individuais e/ou em grupo.

Bibliografia Básica

1. BECHARA, E. **Gramática Escolar da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
2. FARACO, C.A.; TEZZA, C. **Oficina de Texto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
3. SAVIOLI, F.P.; FIORIN, J.L. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1996.

Bibliografia Complementar

KOCH, Ingedore G. Villaça. **A coesão textual**. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2010. 84 p. (Repensando a língua portuguesa).

GIVÓN, Talmy et al. **A compreensão da gramática**. São Paulo: Cortez, 2013. 485 p.

DISCINI, Norma. **A comunicação nos textos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015. 414 p. il.

GUIMARÃES, Florianete; GUIMARÃES, Margaret. **A gramática lê o texto**. São Paulo: Moderna, 1997. 336 p. il.

NOBREGA, Janduhi Dantas. **A gramática no cordel**. 4. ed. rev. e amp. João Pessoa: Sal da Terra, 2005. 95 p.

APÊNDICE II - EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO NÚCLEO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO: UNIDADE BÁSICA

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária:	30h (40h/a)
Disciplina:	Informática	Número de créditos:	2
Pré-Requisito(s):	Nenhum		

EMENTA

Noções de informática básica. Sistemas Operacionais. Softwares aplicativos e utilitários. Suíte de Escritório.

PROGRAMA

Objetivos

- Compreender, utilizar e classificar os componentes básicos de um computador sendo, portanto, capaz de entender os princípios do funcionamento computacional e os impactos da tecnologia na vida das pessoas e da sociedade.
- Utilizar tecnologias de informação e comunicação de maneira ética e com o intuito de ampliar sua produtividade de forma transversalizada nas habilidades exigidas em outros componentes curriculares do curso.
- Mobilizar o conhecimento da suíte de escritório a fim de comunicar-se de forma multiletrada na produção de relatórios técnicos e/ou outros gêneros textuais.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Noções de informática básica
 - 1.1. Definição e organização básica de computadores
 - 1.2. Definição e componentes básicos de *hardware*
 - 1.3. Definição e tipos de *software*
2. Sistemas Operacionais
 - 2.1. Fundamentos e funções do sistema operacional
 - 2.2. Principais sistemas operacionais existentes
 - 2.3. Gerenciamento de pastas e arquivos
3. Softwares aplicativos e utilitários
 - 3.1. Navegadores Web e Sistemas de E-mail
 - 3.2. Antivírus
 - 3.3. Compactação de arquivos
4. Suíte de Escritório
 - 4.1. Editores de apresentação
 - 4.1.1. Visão geral
 - 4.1.2. Criação de slides
 - 4.1.3. Modos de exibição de slides
 - 4.1.4. Formatação de slides
 - 4.1.5. Inserção e formatação de listas, tabelas, textos, desenhos, figuras, mídias, gráficos e organogramas
 - 4.1.6. Slide mestre
 - 4.1.7. Efeitos de transição e animação de slides
 - 4.2. Editores de texto
 - 4.2.1. Visão geral
 - 4.2.2. Digitação e movimentação de texto
 - 4.2.3. Nomear, gravar e encerrar sessão de trabalho
 - 4.2.4. Formatação de página, texto e parágrafos
 - 4.2.5. Formatação baseada em estilos
 - 4.2.6. Marcas de tabulação e colunas
 - 4.2.7. Correção ortográfica e dicionário
 - 4.2.8. Inserção de quebra de página, quebra de seção, sumário automático e número de página
 - 4.2.9. Inserção e formatação de marcadores, listas, numeradores, imagens, formas, tabelas, gráficos, legendas e referências cruzadas
 - 4.2.10. Inserção de cabeçalho e rodapé
 - 4.3. Editores de planilhas

- 4.3.1. Visão geral
- 4.3.2. Formatação de células
- 4.3.3. Fórmulas e funções
- 4.3.4. Classificação e filtro de dados
- 4.3.5. Formatação condicional
- 4.3.6. Gráficos

Procedimentos Metodológicos

1. Disciplinas associadas
 - 1.1. Língua Portuguesa e/ou Leitura e Produção de Textos Acadêmicos e de Divulgação Científica
 - 1.2. Metodologia do Trabalho Científico
 - 1.3. Matemática
 - 1.4. Disciplina(s) do Eixo específico
2. Projetos Interdisciplinares
 - 2.1. Objetivo: produzir um relatório técnico (ou artigo científico) e apresentação após pesquisas sobre temas relacionados ao curso. Tanto no relatório, quanto na apresentação deverá constar de, pelo menos, gráficos e tabelas.
 - 2.2. O principal papel da disciplina de Informática Básica é orientar os alunos em relação aos aspectos de utilização de sistemas de pesquisa e edição de documentos (apresentações, planilhas, relatórios técnicos, relatórios acadêmicos, artigos científicos, dentre outros).
 - 2.3. Buscando trabalhar de forma interdisciplinar, a disciplina de Metodologia do Trabalho Científico será o suporte aos diferentes métodos de estudo e pesquisa e o uso/aplicação das normas técnicas de trabalhos científicos de acordo com a ABNT.
 - 2.4. A disciplina de Língua Portuguesa será de suma importância, uma vez que dará o suporte linguístico do texto narrativo de acordo com as normas da Língua Portuguesa. Também sendo possível trabalhar a estrutura dos diferentes gêneros textuais (ex.: resumo, texto argumentativo, entrevista, gráfico, imagem, enciclopédias digitais, etc).
 - 2.5. A disciplina de Matemática fornecerá a fundamentação teórica para realização de processos quantitativos (operações aritméticas, análises estatísticas, financeiras, entre outros). Em conjunto, a disciplina pode mostrar como a informática pode automatizar cálculos numéricos que o ser humano poderia fazer manualmente, mas que levaria mais tempo. Importante ressaltar para o aluno que a planilha eletrônica, e a informática de forma geral, não nos dispensa da necessidade do conhecimento matemático teórico.
3. Proposta de distribuição de carga-horária
 - 3.1. Noções de informática básica: 4h/a
 - 3.2. Sistemas Operacionais: 4h/a
 - 3.3. Softwares aplicativos e utilitários: 6 h/a
 - 3.4. Suíte de Escritório: 20 h/a
4. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) adotadas para essa disciplina, permitem a execução dela através do uso de computadores, garantem acessibilidade digital e comunicacional com o uso desses softwares e permitem a interação com área tutores do laboratório.
5. Os exemplos utilizados em sala de aula contemplarão situações que tenham relação com o curso, de forma contextualizada. Assim, os conteúdos diretamente relacionados ao curso e ao eixo tecnológico estarão contemplados nos textos, nas planilhas elaborada, nas apresentações ou em outros materiais produzidos para as aulas.

Recursos Didáticos

- Quadro branco, computador, recursos multimídia, enciclopédias digitais, motores de pesquisa.

Avaliação

Avaliações escritas deverão ser aplicadas para os conteúdos de Noções de informática básica e Sistemas Operacionais. Para os demais conteúdos será realizada uma avaliação contínua, através de estudos dirigidos e/ou desenvolvimento de projetos a serem apresentados ao final do semestre. No caso de avaliações escritas, será priorizada a apresentação de situações-problema, não se limitando à memorização de comandos. Para trabalhar o tema suíte de escritório, serão realizadas avaliações práticas.

Bibliografia Básica

1. VELLOSO, F. Informática: Conceitos Básicos. Elsevier Academic, 2017.
2. LAMBERT, J. Windows 10. Bookman, 2016.
3. MARTELLI, Richard e Issa, Najet M. K. Iskandar. Office 2016 para aprendizagem comercial. SENAC São Paulo, 1ª ed, 2016.

Bibliografia Complementar

1. ALMEIDA, Mário de Souza; SCHENINI, Pedro Carlos ; BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Educação a Distância. Universidade Aberta do. Informática para administradores. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2012. 164 p. il.
2. BRAGA, William. Informática elementar: OpenOffice 2.0 Calc & Writer : teoria e prática. Rio de Janeiro: Alta Books, c2007. 216 p. il.
3. CASTILHO, Ana Lúcia. Informática para concursos - Teoria e Questões Comentadas. Ferreira, 4ª ed, 2018.
4. FRYE , Curtis D. Microsoft Excel 2010: passo a passo. Porto Alegre: Bookman, 2012. 436 p. il.
5. MANZANO, André Luiz N.G. e MANZANO, Maria Isabel N. G. Trabalho de conclusão de curso: utilizando o office 365 ou word 2016. Érica, 1ª ed, 2017.

Software(s) de Apoio:

- Sistema Operacional Windows
- Sistema Operacional Ubuntu
- Suíte de escritório para desktop
- Suíte de escritório na nuvem
- Leitor de PDF
- Navegador web
- Antivírus
- Serviço de armazenamento e sincronização de arquivos

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	
Disciplina:	Metodologia do Trabalho Científico	Carga-Horária: 30h (40h/a)
Pré-Requisito(s):	Nenhum	Número de créditos: 2

EMENTA

Conceito de ciência e do método científico. Trabalhos acadêmicos: tipos, características e diretrizes para elaboração. Uso adequado das normas do trabalho científico. Pesquisa: conceito, abordagens e finalidades. Ética na pesquisa e na produção acadêmica. Elaboração do projeto de pesquisa: delimitação do tema, definição da problemática, conceito de objeto de estudo, formulação do problema e das hipóteses e construção dos objetivos da pesquisa. Elaboração dos instrumentos de coleta de dados. Análise de dados.

PROGRAMA

Objetivos

- Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos acadêmicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento;
- Conhecer os fundamentos da ciência e o método científico;
- Identificar os tipos de trabalhos acadêmicos e suas respectivas etapas formais de elaboração;
- Utilizar as normas técnicas de trabalhos acadêmicos;
- Classificar os diferentes tipos de pesquisa;
- Elaborar projeto de pesquisa e instrumento de coleta de dados.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Conceito e função da metodologia científica e tecnológica;
2. Definição de Ciência e método científico;
3. Etapas formais para elaboração de trabalhos acadêmicos: fichamento, resumo, resenha, artigo científico, monografia e portfólio;
4. Normas técnicas de trabalhos acadêmicos;
5. Elaboração de projeto de pesquisa: definição de problema, construção da problemática, formulação de hipóteses, elaboração dos objetivos;
6. Instrumento de coleta de dados e o processo de análise.

Procedimentos Metodológicos

Aulas expositivas dialogadas; Trabalhos práticos em sala de aula; Estudos dirigidos; Atividades individuais e em grupos; Elaboração de projeto de pesquisa e instrumentos de coleta de dados.

Recursos Didáticos

- Quadro branco e pincel;
- Computador;
- Projetor multimídia.

Avaliação

O processo de avaliação tem por objetivo verificar o aprendizado do aluno ao longo da disciplina, bem como sua capacidade de análise e interpretação, redação e exposição verbal do conhecimento adquirido. Será contínua e orientada pelos seguintes critérios: interesse pela disciplina, presença nas aulas, leitura dos textos, participação nos debates, realização dos trabalhos solicitados, cumprimento de prazos, emprego adequado das normas técnicas na produção dos trabalhos acadêmicos.

Bibliografia Básica

1. BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
2. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
3. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

1. ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos**. 4. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2009.
2. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
3. POPPER, Karl R.; HEGENBERG, Leônidas; MOTA, Octanny Silveira da. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2007.
4. SALOMON, Décio Vieira. **Como fazer monografia**. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
5. SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Software(s) de Apoio:

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	
Disciplina:	Sociologia e Ciência Política	Carga Horária: 30 (40h/a)
Pré		
Requisito:	Nenhum	Número de crédito: 2

EMENTA

Objeto da Sociologia e a Realidade Social. A Sociologia de Marx, Weber e Durkheim. Reprodução das Relações Sociais: Cultura, ideologia e instituições. Ciência política. Conceito de classes sociais na concepção de Marx, Weber e Bourdieu. O estado. A separação de poderes. Formas de governo. Sistemas de governo. O sistema representativo. Os partidos políticos. Os sistemas eleitorais e o sufrágio. A democracia.

PRÉ-REQUISITOS

Não tem Pré-Requisito

PROGRAMA

Objetivos

- Compreender os fundamentos básicos da organização do Estado.
- Analisar temas relacionados com a realidade política da gestão pública.
- Desenvolver uma visão crítica da dinâmica jurídico-sociopolítica.

Conteúdo Programático

1. Objeto da Sociologia e a Realidade Social
2. A Sociologia de Marx, Weber e Durkheim.
3. Reprodução das Relações Sociais: Cultura, ideologia e instituições.
4. Conceito de classes sociais na concepção de Marx, Weber e Bourdieu.
5. Ciência política.
 - 5.1. Conceito de Ciência
 - 5.2. Ciência Política: Evolução histórica, conceito, objeto e método
6. O Estado
 - 6.1. A sociedade e o estado
 - 6.2. Conceito de Estado
 - 6.3. Elementos constitutivos do Estado
 - 6.4. Conceito de população e povo
 - 6.5. O conceito de nação
 - 6.6. Conceito de Território
 - 6.7. A nação organizada como Estado: o princípio das nacionalidades e a soberania nacional
 - 6.8. O poder do estado
7. A separação de poderes
 - 7.1. Origem histórica do princípio: soberania e separação de poderes
 - 7.2. A doutrina da separação de poderes na obra de Montesquieu
 - 7.3. Os três poderes: legislativo, executivo e judiciário
8. Formas de governo.
 - 8.1. Formas de governo e formas de Estado.
 - 8.2. A classificação de formas de governo de Aristóteles: monarquia, aristocracia e democracia
 - 8.3. As modernas classificações das formas de governo: de Maquiavel e Montesquieu
9. Sistemas de governo
 - 9.1. Sistemas de Governo: presidencialismo, parlamentarismo
 - 9.2. As origens americanas do sistema presidencial de governo
 - 9.3. Os princípios básicos do presidencialismo
 - 9.4. Relações entre Executivo e Legislativo na forma presidencial de governo
 - 9.5. Os poderes do Presidente da República
 - 9.6. O Congresso e a competência das Câmaras no sistema presidencial
 - 9.7. O *impeachment*
 - 9.8. A formação histórica do sistema parlamentarista
 - 9.9. A igualdade entre o executivo e o legislativo no sistema parlamentarista
10. O sistema representativo
 - 10.1. O sistema representativo e as doutrinas políticas da representação
 - 10.2. Princípio da representação profissional aos grupos de pressão no Estado contemporâneo
11. Os partidos políticos
 - 11.1. Da definição do partido político
 - 11.2. Partido político e a compreensão de sua importância essencial para o Estado moderno

- 11.3. O sistema multipartidário e o partido único
- 11.4. Da natureza do mandato e o mandato representativo
- 11.5. Os partidos políticos no Brasil
12. Os sistemas eleitorais e o sufrágio
 - 12.1. Da importância dos sistemas eleitorais
 - 12.2. O sistema majoritário de representação
 - 12.3. O sistema de representação proporcional
 - 12.4. O sistema eleitoral brasileiro: princípio majoritário e princípio de representação proporcional.
 - 12.5. Distritos eleitorais
 - 12.6. Sufrágio: conceito, espécies e modalidades
 - 12.7. Voto: conceito, natureza jurídica e modalidades
 - 12.8. Eleição: conceito e modalidades
13. A democracia
 - 13.1. Do conceito de democracia
 - 13.2. A democracia direta
 - 13.3. A democracia indireta (representativa)
 - 13.4. A democracia semidireta
 - 13.5. A democracia e os partidos políticos

Procedimentos Metodológicos e Recursos Didáticos

- Aulas teóricas expositivas,
- Estudos de casos,
- Seminário, Leitura de textos, debates.
- Quadro branco, computador, projetor multimídia.

Avaliação

1. Avaliações escritas
2. Trabalhos individuais e em grupo (listas de exercícios, estudos dirigidos, pesquisas)
3. Apresentação dos trabalhos desenvolvidos

Bibliografia Básica

1. COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2008.
2. MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Introdução às ciências sociais**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2004.
3. BONAVIDES, Paulo. **Ciências Políticas**. 23ª Edição. Editora Malheiros, São Paulo, 2016.

Bibliografia Complementar

1. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.
2. MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martim Claret, 2003.
3. ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martim Claret, 2011
4. BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia**. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
5. DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 33ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2016

Informações Adicionais

- Software(s) de Apoio:** 4. BrOffice.org Impress, PowerPoint e PDF View
- Site(s):** 5. Diversos especificados nos debates.

APÊNDICE III – EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO NÚCLEO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO: UNIDADE TECNOLÓGICA

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária:	60h (80h/a)
Disciplina:	Direito Constitucional	Número de créditos	4
Pré-Requisito(s):	Nenhum		

EMENTA

Princípios constitucionais e direitos e garantias fundamentais. Direitos Sociais. Organização Político-Administrativa. Administração Pública.

PROGRAMA

Objetivos

Proporcionar ao aluno um aprendizado consistente acerca do papel da Constituição Federativa dentro do ordenamento jurídico brasileiro, tanto no que diz respeito aos Direitos Fundamentais e Direitos Sociais, quanto a Organização e os Princípios Fundamentais da Administração Pública.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Direitos e Garantias Fundamentais:
 - Finalidade;
 - Classificação;
 - Destinatários.
- Direitos Sociais:
 - Conceito;
 - Abrangência;
 - Rol dos Direitos Sociais.
- Organização Político-Administrativa:
 - Regras de Organização;
 - Repartição de Competências;
 - Intervenção.
- Administração Pública
 - Conceito;
 - Princípios;
 - Concurso Público;
 - Improbidade Administrativa;
 - Responsabilidade Civil Objetiva do Poder Público;
 - Servidor Público e Mandato Eletivo.

Procedimentos Metodológicos

Aulas expositivas, estudos dirigidos com abordagem prática, seminários, pesquisa na Internet.

Recursos Didáticos

- Projektor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

O aluno deve atingir os objetivos especificados para a disciplina, por meio das atividades avaliativas realizadas durante o semestre. Avaliações e atividades em sala.

Bibliografia Básica

- ARAÚJO, Luiz Alberto David e NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional positivo**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

Bibliografia Complementar

- BASTOS, Celso. **Comentários à Constituição do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 17.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional**. 32.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- FERREIRA, Pinto. **Comentários a Constituição brasileira**. São Paulo: Saraiva, 1989.

Software(s) de Apoio:

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	
Disciplina:	Introdução à Gestão Pública	Carga-Horária: 60h (80h/a)
Pré-Requisito(s):	Nenhum	Número de créditos 4

EMENTA

Conceito de administração pública. Principais modelos de administração: patrimonialista, burocrático e gerencial. A reforma do Estado e a administração pública gerencial. Evolução e características da administração pública no Brasil. Processo administrativo aplicado à gestão pública.

PROGRAMA

Objetivos

- Visa oferecer discussões crítico-reflexiva sobre os principais modelos de administração pública;
- Oportunizar conhecimentos sobre os temas emergentes e novos objetos de estudo na gestão pública;
- Despertar o senso crítico referente aos desafios envolvidos no contexto da gestão pública.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Principais modelos de administração:
 - 1.1 Patrimonialista, burocrático e gerencial.
2. A reforma do Estado e a administração pública gerencial.
3. Evolução e características da administração pública no Brasil.
4. Planejamento, organização, direção e controle na gestão pública.

Procedimentos Metodológicos

Exposições dialogadas, Seminários, Provas Escritas, Estudo de Casos, Livro-fórum, Atividade de Pesquisa e Resumos de Leituras.

Recursos Didáticos

Projeter multimídia; quadro branco; laboratório de informática; vídeos.

Avaliação

Será permanente e contínua, conduzindo à superação das deficiências de aprendizado. A verificação, para efeito de nota, será o somatório de trabalhos de grupo, seminários, exercícios, relatórios de leituras, atividade de pesquisa, prova escrita e cumprimento das tarefas solicitadas.

Bibliografia Básica

1. MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de administração pública**: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2009.
2. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter (Orgs.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
3. SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

Bibliografia Complementar

1. CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Geral e Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
2. FOUCHER, D.; ALECIAN, S. **Guia de Gerenciamento no Setor Público**. Brasília: ENAP/REVAN, 2001.
3. PAULA, Ana Paula Paes de. **Por Uma Nova Gestão Pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
4. SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
5. SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à gestão pública** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 385 p. il.

Software(s) de Apoio:

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária:	30h (40h/a)
Disciplina:	Estudos Organizacionais	Número de créditos	2
Pré-Requisito(s):	Nenhum		

EMENTA

A Organização e seu Ambiente. Administração Científica. Abordagem Clássica. Burocracia. Abordagem das Relações Humanas. Abordagem Comportamentalista. Abordagem Estruturalista. Abordagem de Sistêmica. Abordagem Contingencial.

PROGRAMA

Objetivos

- Apresentar as bases conceituais das Organizações;
- Proporcionar ao aluno o desenvolvimento de uma consciência reflexiva e crítica a respeito das principais ideias que norteiam o pensamento organizacional.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. A Organização e seu Ambiente
2. Administração Científica
3. Abordagem Clássica
4. Burocracia
5. Abordagem das Relações Humanas
6. Abordagem Comportamentalista
7. Abordagem Estruturalista
8. Abordagem de Sistêmica
9. Abordagem Contingencial

Procedimentos Metodológicos

Aulas expositivas; debates; seminários; estudos de casos.

Recursos Didáticos

Projektor multimídia; quadro branco; filmes, artigos científicos.

Avaliação

Prova escrita; seminários; análise dos estudos de caso, trabalhos individuais.

Bibliografia Básica

1. CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a Teoria Geral da Administração**. 9. ed. Barueri: Manole, 2014;
2. RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F.P. **O que é taylorismo**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
3. SILVA, Reinaldo O. da. **Teorias da Administração**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2013;

Bibliografia Complementar

1. DIAS, Reinaldo. **Sociologia das Organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
2. FERREIRA, Ademir Antônio; REIS, Ana Carla Fonseca; PEREIRA, Maria Isabel. **Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias – evolução e tendências da moderna administração de empresas**. São Paulo: Pioneira, 2002.
3. MOTA, Fernando C. Prestes. **O que é burocracia**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
4. MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. **Teoria Geral da Administração**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
5. GODOI, Christiane Kleinübing ; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo ; SILVA, Anielson Barbosa da . **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais** paradigmas, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 460 p. il.

Software(s) de Apoio:

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária: 60h(80h/a)
Disciplina:	Gestão de Processos	Número de créditos: 4
Pré-Requisito(s):	Nenhum	

EMENTA

Conceitos básicos da gestão de processo., Gerenciamento de processos. Estrutura organizacional. Métodos para a gestão dos processos. Melhoria contínua de processos. Avaliação de desempenho. Indicadores de desempenho.

PROGRAMA

Objetivos

- Compreender as organizações como grandes coleções de processos;
- Conhecer o impacto da centralização e descentralização de autoridade, bem como as técnicas de delegação eficaz;
- Desenvolver os diferentes tipos de estruturas organizacionais, com suas linhas de comando e assessoria;
- Conhecer os métodos que auxiliam a melhoria e a prática das operações organizacionais, adquirir uma visão integrada do processo gerencial, para a elaboração de fluxogramas, cronogramas e arranjos físicos;
- Compreender o impacto da avaliação de desempenho no desenvolvimento das práticas organizacionais;
- Criar e monitorar indicadores de desempenho no âmbito organizacional;
- Desenvolver programas de melhoria dos processos organizacionais.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Processos Organizacionais: organizações como coleções de processos

- 1.1. Principais modelos de processos;
- 1.2. Processos organizacionais;
- 1.3. Tipos de processos;
- 1.4. Categorias de processos.

2. Estrutura organizacional

- 2.1. Amplitude de controle;
- 2.2. Delegação, centralização e descentralização;
- 2.3. Linha e assessoria;
- 2.4. Organograma.

3. Métodos para gestão dos processos

- 3.1. Fluxograma;
- 3.2. Arranjo físico;
- 3.3. Cronograma;
- 3.4. Manual;
- 3.5. Formulário.

4. Controle e Indicadores de Desempenho

- 4.1. Modelo de controle;
- 4.2. Controles integrados;
- 4.3. Avaliação de desempenho;
- 4.4. Criação de indicadores de desempenho;
- 4.5. Organização orientada para resultados;
- 4.6. BSC e PQGF.

5. Melhoria dos processos

- 5.1. Reengenharia;
- 5.2. Processos enxutos;
 - redução dos tempos de ciclo;
 - diminuição dos custos;
 - melhoria da eficiência interna;

Procedimentos Metodológicos

- Aula dialogada, leitura dirigida, discussão, exercícios, aulas em laboratório de informática, estudos de caso e seminário.

Recursos Didáticos

- Quadro branco, computador, lápis piloto, apagador e projetor multimídia.

Avaliação

- No decorrer da disciplina, o processo de avaliação será realizado de forma contínua, e estará baseado nos seguintes critérios: conhecimento do assunto, participação na realização e entrega dos trabalhos, participação ativa do aluno em sala de aula e quanto à frequência, observar-se-á as exigências da instituição.

Bibliografia Básica

1. BALDAM, Roquemar de Lima. VALLE, Rogerio; ROZENFELD, Henrique. **Gerenciamento de Processos de Negócio – BPM: uma referência para implantação prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014
2. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. 18. ed. São paulo: Atlas, 2009.
3. VALLE, Rogério e OLIVEIRA, Saulo Barbará de. (ORGs.). **Análise e Modelagem de Processos: foco na técnica BPMN**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

1. CURY, Antonio. **Organização e Métodos: Uma Visão Holística**. São Paulo: Atlas, 2005.
2. DAFT, Richard L. **Administração**. 6. ed. São Paulo. Pioneira Thomson Learning, 2005.
3. GONÇALVES, José Ernesto Lima, Processo, Que Processo?, **Revista de Administração de Empresas**, Jan/Mar 2000, v. 40, n. 4, p. 8-19.
4. MELLO, Carlos Henrique Pereira (Org.). **Gestão da Qualidade**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011.
5. PAIM, R. et al. **Gestão de processos: pensar, agir e aprender**. Porto Alegre: Bookman, 2009. 328p.

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária: 60h (80h/a) Número de Créditos: 4
Disciplina:	Gestão Social e em Redes	
Pré-Requisito(s):	Introdução a Gestão Pública	

EMENTA

Globalização: visão hegemônica e contra-hegemônica. Redes: conceitos e tipologias. Gestão em redes: Arranjos produtivos locais e Consórcios Intermunicipais. Terceiro setor. Organizações Sociais: Associações e Cooperativas. Parcerias Tri-setoriais.

PROGRAMA

Objetivos

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Globalização: visão hegemônica e contra-hegemônica.
2. Redes: conceitos e tipologias.
3. Gestão em redes: Arranjos produtivos locais e Consórcios intermunicipais.
4. Terceiro setor: marco regulatório, imunidade tributária, conceito de inclusão social e cidadania.
5. Organizações Sociais: Associações e Cooperativas.
6. Parcerias Tri-setoriais.

Procedimentos Metodológicos

Exposições dialogadas, Seminários, Provas Escritas, Estudo de Casos, Livro-fórum, Atividade de Pesquisa e Resumos de Leituras.

Recursos Didáticos

Projetor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

Será permanente e contínua, conduzindo à superação das deficiências de aprendizado. A verificação, para efeito de nota, será o somatório de trabalhos de grupo, seminários, exercícios, relatórios de leituras, atividade de pesquisa, prova escrita e cumprimento das tarefas solicitadas.

Bibliografia Básica

1. AUSTIN, James E. **Parcerias: fundamentos e benefícios para o Terceiro Setor**. São Paulo: Futura, 2001.
2. BROWN, Ellis Wayne (org.). **O Terceiro Setor em Perspectiva: constituição, interfaces e operacionalização: a organização social tripartite**. São Paulo: Editora Fiuza, 2006.
3. CABRAL, Eloisa Helena de Souza. **Terceiro Setor: gestão e controle social**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

Bibliografia Complementar

1. AUSTIN, James E.; REFICCO, Ezequiel et alii. **Parcerias sociais na América Latina: lições de colaborações entre empresas e organizações da sociedade civil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
2. COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
3. FISCHER, Rosa Maria. **O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e Terceiro Setor**. São Paulo: Editora Gente, 2002.
4. INOJOSA, Rose Marie. **Construindo futuro: transetorialidade e redes de compromisso social**. In: Cavalcanti, Marli (org.) **Gestão Social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor**. São Paulo: Saraiva, 2008.
5. MOURA, Laysce R.; FERNANDES, A. S. A. **Terceiro Setor: uma tentativa de delimitação e caracterização**. In: XXXIII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD 2009), 2009, São Paulo. Anais do XXXIII ENANPAD 2009. Rio de Janeiro: ANPAD, 2009.

Software(s) de Apoio:

- Aplicativo de apresentação, processador de texto.

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	
Disciplina:	Planejamento Governamental	Carga-Horária: 60h (80h/a)
Pré-Requisito(s):	Introdução à Gestão Pública	Número de créditos 4

EMENTA

O processo de origem, evolução e crise do planejamento governamental no Brasil. Planejamento governamental. Planejamento Estratégico. Plano Plurianual. Decisão. A importância do Processo Decisório no Planejamento. Os Modelos de Tomada de Decisão. Processo Decisório no Setor Público.

PROGRAMA

Objetivos

- ◆ Compreender o processo de origem, evolução e crise do planejamento governamental no Brasil;
- ◆ Conhecer os principais tipos de planejamento utilizados pela administração pública.
- ◆ Conhecer os Processos da Tomada de Decisão
- ◆ Conhecer os Processos Decisórios no setor público

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Planejamento e Administração
2. Planejamento Organizacional
 - 2.1 Conceitos
 - 2.2 Objetivo e benefícios do planejamento
 - 2.3 Etapas do planejamento clássico
 - 2.4 Tipos de planejamento
- 3 Planejamento Governamental
 - 3.1 Histórico do planejamento governamental
 - 3.2 Perspectivas futuras de planejamento
 - 3.3 Conceitos e aspectos gerais do planejamento governamental
 - 3.4 Planejamento estratégico governamental
 - 3.4.1 Planejamento estratégico plurianual (PPA)
 - 3.4.1.1 Conceito e vigência
 - 3.4.1.2 Modelo de gestão do PPA
 - 3.4.1.3 Elaboração e demais etapas do PPA
 - 3.4.2 Planejamento estratégico situacional
4. Conceitos de decisão
5. Elementos do Processo decisório
6. Modelos de Tomada de Decisão.
7. Ferramentas do processo decisório
8. Processo Decisório no Setor Público.

Procedimentos Metodológicos

- ◆ Aulas teóricas expositivas, leituras e discussão de textos, seminário.

Recursos Didáticos

- ◆ Projetor multimídia, computador, quadro branco.

Avaliação

- ◆ Resenha Crítica, apresentação de seminário, avaliações individuais, trabalhos em grupo.

Bibliografia Básica

1. ANTUNES, Celso; ANDRADE, Telma Guimarães Castro. **Momento de decisão**. 1. ed. São Paulo: Scipione, 1997.
2. BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
3. TAVARES, Mauro Calixta. **Gestão estratégica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia Complementar

1. ADRIANO PROENÇA [ET AL]. **Gestão pública e reforma administrativa: conceitos e casos : a experiência de Florianópolis**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
2. BAZERMAN, M.H. **Processo Decisório: para cursos de Administração, Economia e MBAs**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2001.
3. MINTZBERG, Henry et al. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2000.
4. MONTGOMERY, Cynthia A.; PORTER, Michael E. **Estratégia: a busca da vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.
5. PALUDO, Augustinho; PROCOPIUCK, Mario. **Planejamento Governamental, Referencial Teórico, Conceitual e Prático**. São Paulo: Atlas, 2011.

Curso: Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária: 60h (80h/a)
Disciplina: Políticas Públicas	Número de créditos 4
Pré- Requisito(s): Introdução à Gestão Pública	

EMENTA

Conceitos básicos de políticas públicas. Políticas públicas: estruturas e processos. Tipologia das políticas públicas. Construção da agenda e Grupos de interesse. Processo decisório para a formulação de políticas públicas. Estruturação de problemas e questões públicas. Papel dos atores públicos e privados. Implementação e avaliação de políticas públicas. Participação e controle social.

PROGRAMA

Objetivos

- Proporcionar ao estudante os elementos essenciais do processo de criação de políticas públicas, seus atores, instituições e instrumentos.
- Ressaltar o viés pragmático do estudo de políticas públicas, com exemplos aplicados à realidade local.
- Despertar o senso crítico no que tange as possibilidades e desafios envolvidos no contexto das políticas públicas.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- 1 Um marco conceitual
 - 1.1 Política e autoridade pública
 - 1.2 Mudanças sociais
- 2 Políticas públicas: estruturas e processos.
- 3 Construção da agenda e Grupos de interesse
 - 3.1 Problemas públicos
 - 3.2 A decisão pública
- 4 Papel das organizações sociais nas políticas públicas.
- 5 Formulação de políticas públicas
- 6 Implementação de políticas públicas
- 7 Avaliação de políticas públicas
 - 7.1 Indicadores sociais
 - 7.2 Participação e controle social.

Procedimentos Metodológicos

Exposições dialogadas, Seminários, Provas Escritas, Estudo de Casos, Livro-fórum, Atividade de Pesquisa e Resumos de Leituras.

Recursos Didáticos

- Projetor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

Será permanente e contínua, conduzindo à superação das deficiências de aprendizado. A verificação, para efeito de nota, será o somatório de trabalhos de grupo, seminários, exercícios, relatórios de leituras, atividade de pesquisa, prova escrita e cumprimento das tarefas solicitadas.

Bibliografia Básica

1. SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
2. ZAMITH, Regina; SANTOS, Edmilson Moutinho dos. **Atividades onshore no Brasil - Regulação, políticas públicas e desenvolvimento local**. 1. ed. São Paulo: FAPESP, 2007.
3. MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 208 p.

Bibliografia Complementar

1. CLÓVIS CAVALCANTI (ORG.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
2. LEAL, Rogério Gesta. **Estado, administração pública e sociedade: novos paradigmas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
3. MENDES, Maria Isabel Brandão de Souza; MAIA, Lerson Fernando dos Santos; OLIVEIRA, Marcus Vinícius de Faria (org.). **Poder público, terceiro setor e controle social: interfaces na construção de políticas de esporte e lazer**. Natal, RN: CEFET/RN, 2007.

4. MOURA, Dante Henrique (org.) . **Educação profissional**: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas. Natal: IFRN, 2016. 240 p. il.
5. MARTINS, Maria de Fátima; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde . **Índice de desenvolvimento sustentável para municípios (IDSM)**: metodologia para cálculo e análise do IDSM e classificação dos níveis de sustentabilidade para espaços geográficos. 1. ed. João Pessoa: SEBRAE, 2008

Software(s) de Apoio:

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	
Disciplina:	Fundamentos de Contabilidade	Carga-Horária: 60h (80h/a)
Pré- Requisito(s):	Nenhum	Número de créditos 4

EMENTA

Conceito, finalidade e campo de atuação da Contabilidade; componentes patrimoniais; plano de contas; escrituração; balanço patrimonial e apuração de resultados.

PROGRAMA

Objetivos

- Compreender a origem e a finalidade da Contabilidade e das relações jurídicas do exercício financeiro, com base em aspectos quantitativos e qualitativos do patrimônio, permitindo a organização de planos de contas adequados e escrituração.
- Estabelecer a diferença entre débito, crédito e saldo, conhecer o significado das principais contas, entendendo a finalidade dos levantamentos contábeis, relacionando as providências necessárias para o encerramento do exercício, compreendendo a importância dos demonstrativos financeiros.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- 1 Contabilidade: origem, conceito, objeto, objetivo, finalidade, campo de aplicação e usuário;
- 2 Patrimônio, Ativo e Passivo
- 2.1 Equação patrimonial
- 3 Atos e fatos administrativos;
- 4 Classificação das contas
- 4.1 Plano de contas
- 5 Escrituração
- 5.1 Débito e Crédito
- 5.2 Balancete de Verificação;
- 6 Demonstrações contábeis.

Procedimentos Metodológicos

Aulas expositivas dialogadas, estudos dirigidos com abordagem prática, seminários, atividades em grupo e individual.

Recursos Didáticos

Projektor multimídia, quadro branco.

Avaliação

Avaliação escrita, atividade individual e em grupo

Bibliografia Básica

1. MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica Fácil**. São Paulo: Atlas, 2008
2. RAMOS, A. T. et al. **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
3. FERREIRA, RICARDO. **Contabilidade Básica**. 8. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.

Bibliografia Complementar

1. RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
2. _____. **Contabilidade Básica**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
3. BRAGA, Célia ; QUEIROZ, Adriana Pinheiro de . **Contabilidade ambiental: ferramenta para a gestão da sustentabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 169 p. il.
4. ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 477 p. il.
5. RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica**. 3. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2014. 344 p. il.

Software(s) de Apoio:

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	
Disciplina:	Direito Administrativo	Carga-Horária: 60h (80h/a)
Pré- Requisito(s):	Nenhum	Número de créditos 4

EMENTA

Noções Gerais de Direito Administrativo. Princípios Básicos da Administração Pública, abordando os Poderes e Deveres Administrativos, diretamente relacionados com o Ato Administrativo propriamente dito. Além disso, serão abordados temas relacionados com a Concessão e Permissão de Serviços Públicos, a Administração Direta e Indireta, os Servidores e os Bens Estatais.

PROGRAMA

Objetivos

- Compreender os fundamentos históricos e doutrinários sobre o Direito Administrativo;
- Capacitar o aluno com vistas a identificar e a diferenciar as diversas relações mantidas necessariamente entre o Estado, terceiros e servidores, percebendo as normas aplicáveis e as características de cada situação, de modo a formular soluções de problemas e questões relevantes.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- 1 Direito Administrativo. Noções Gerais. Origem. Objeto. Conceito. Princípios Administrativos;
- 2 Poderes e Deveres Administrativos;
- 3 Ato Administrativo;
- 4 Serviços Públicos;
- 5 Concessão e Permissão de Serviços Públicos;
- 6 Administração Direta e Indireta;
- 7 Servidores Públicos;
- 8 Bens Públicos

Procedimentos Metodológicos

Aulas expositivas, estudos dirigidos com abordagem prática, seminários, pesquisa na Internet.

Recursos Didáticos

Projetor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

O aluno deve atingir os objetivos especificados para a disciplina, por meio das atividades avaliativas realizadas durante o semestre.

Avaliações e atividades em sala.

Bibliografia Básica

1. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
2. _____. **Parcerias na Administração Pública**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
3. MELLO, C.A.B. **Curso de Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

Bibliografia Complementar

1. BRUNO, Reinaldo Moreira. **Direito Administrativo**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
2. CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
3. MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 24. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2003 .
4. _____. **Mandado de segurança**: ação popular, ação civil publica, mandado de injunção, habeas data. 22. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2000.
5. BRASIL. Senado Federal. Secretaria Especial de Editorações e Publicações. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2019.

Software(s) de Apoio:

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	
Disciplina:	Gestão de Projetos	Carga-Horária: 60h (80h/a)
Pré-Requisito(s):	Nenhum	Número de créditos 4

EMENTA

Estratégia e projetos; estrutura e etapas de um projeto; Seleção de projetos; análise econômica de projetos; e, gerenciamento de projetos (seguindo o PMBOK).

PROGRAMA

Objetivos

- Estudar a elaboração de projetos e suas estruturas.
- Analisar o projeto nos aspectos econômico e sociais.
- Conhecer os processos da gerência de projetos (seguindo o PMBOK).

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Estratégias e Projetos.
2. Estratégia da organização e seleção de projetos.
3. Estruturas e etapas de um projeto.
4. Análise econômica de projetos.
5. Impacto social e ambiental de projetos.
6. Gerenciamento de projetos (seguindo o PMBOK).
7. Processos de gerenciamento de projetos de um projeto: iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle, encerramento.
8. Áreas de conhecimento do gerenciamento de projetos: integração do projeto, escopo do projeto, tempo do projeto, custos do projeto, qualidade do projeto, recursos humanos do projeto, comunicações do projeto, riscos do projeto, aquisições do projeto.

Procedimentos Metodológicos

Aulas teóricas expositivas, estudos de casos, seminário, leitura de textos, debates.

Recursos Didáticos

Projeter multimídia, computador, quadro branco.

Avaliação

Avaliações escritas, trabalhos individuais e em grupo (listas de exercícios, estudos dirigidos, pesquisas), apresentação dos trabalhos desenvolvidos.

Bibliografia Básica

1. CLEMENTE, Ademir. **Projetos Empresariais e Públicos**. 3ª Edição. Atlas, São Paulo, 2004.
2. GIDO, Jack; CLEMENTS, James P. **Gestão de Projetos** - Tradução da 3ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2007.
3. NOCÊRA, Rosaldo de Jesus. **Gerenciamento de Projetos - Teoria e Prática**. 4ª Edição, Editora Rosalba de Jesus Nocêra, São Paulo. 2009.

Bibliografia Complementar

1. PMBOK - Project Management Body of Knowledge – Em Português, PMI – Project Management Institute.
2. PRADO, Darci Santos do. **Gerenciamento de Portfólios, Programas e Projetos nas Organizações** (Série Gerência de Projetos – volume 1). Nova Lima (MG): INDG Tecnologia e Serviços, 2004.
3. ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo, 2000. 96 p. il. (Amencar).
4. PRESSMAN, Roger S. **Engenharia de software**. 6. ed. Porto Alegre: Mcgraw-hill, 2006. 720 p. il.
5. ARCHIBALD, Russell D.; PRADO, Darci Santos do. **Gerenciamento de projetos para executivos: inclui portfólios e programas**. Nova Lima: INDG, 2007. 144 p. il. (Gerência de Projetos)

Software(s) de Apoio:

BrOffice.org Impress e/ou MS PowerPoint e PDF View

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária: 60h (80h/a)
Disciplina:	Orçamento Público	Número de créditos 4
Pré-Requisito(s):	Nenhum	

EMENTA

Origem histórica e evolução conceitual do Orçamento Público; Função alocativa, distributiva e estabilizadora; Princípios orçamentários; PPA, LDO, LOA, Classificação orçamentária da receita e da despesa; Processo orçamentário; Orçamento-Programa: conceitos; Técnica de Elaboração; Classificação Funcional e por Programas. Mensuração de Custos por Programas; Execução orçamentária e Financeira; Prática do Orçamento Público.

PROGRAMA

Objetivos

- O aluno de Orçamento Público, ao concluir os estudos programados para a disciplina, deverá ser capaz de identificar e analisar diferentes modelos teóricos de orçamento. Utilizar rotinas próprias de execução orçamentária e financeira de órgãos da administração pública, cumprindo preceitos legais e procedimentos normativos e de controle, assegurando a correção necessária como pré-condição de atos e fatos decorrentes da gestão exercida pelos administradores públicos.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Conceitos e noções de orçamento público
2. Objetivo e evolução conceitual do Orçamento Público;
3. Tipos de orçamentos;
4. Funções alocativa, distributiva e estabilizadora;
5. Princípios orçamentários;
6. Orçamento como instrumento de planejamento da administração pública (PPA, LDO e LOA);
7. Créditos orçamentários adicionais;
8. Receita pública;
9. Despesa pública
10. Processo orçamentário;
11. Execução orçamentária e Financeira;

Procedimentos Metodológicos

- Aulas expositivas; debates; seminários; estudos de casos e laboratório de Orçamento.

Recursos Didáticos

- Projeter multimídia; quadro branco; filmes, artigos científicos.

Avaliação

Prova escrita; trabalhos escritos, listas de exercícios, seminários.

Bibliografia Básica

- 1 **CARVALHO**, Deivaldo. **Orçamento e contabilidade pública**: teoria e prática 6.ed. São Paulo: Campus, 2014.
- 2 **PISTELLI**, Roberto Bocaccio e **TIMBÓ**, Maria Z. Farias. **Contabilidade Pública**: uma abordagem da Administração Financeira Pública, 13ª ed. São Paulo: Atlas 2014.
- 3 **KOHAMA**, Heilio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. 14ª ed. São Paulo: Atlas 2014.

Bibliografia Complementar

- 1 PALUDO, Augustinho. **Orçamento Público, AFO, e LRF**: Teoria e Questões . 5ª. ed. Rio de Janeiro: Métodos, 2015.
- 2 **BEZERRA FILHO**, João Eudes. **Contabilidade pública**: teoria, técnicas de elaboração de balanços e questões. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- 3 **MOTA**, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade aplicada ao setor público** 1. ed. Brasília: Gestão Pública, 2009. 654 p. il. (Gestão Pública).
- 4 **GIACOMONI**, James. **Orçamento público** 16. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012. 374 p. il.
- 5 **ANTOS**, Rita de Cássia Leal Fonseca dos; BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Educação a Distância. Universidade Aberta do. **Plano plurianual e orçamento público** 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2012. (Especialização em Gestão Pública). ISBN 978-85-7988-031-5

Software(s) de Apoio:

Curso: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária: 60h (80h/a)
Disciplina: Sistemas de Informação Gerencial	Número de créditos 4
Pré-Requisito(s): Nenhum	

EMENTA

Tecnologia da informação: conceitos e evolução. Planejamento em tecnologia da informação. Tecnologias aplicadas a sistemas de informação empresariais. Efeitos da tecnologia da informação sobre a Internet. Sistemas de Informações na Administração Pública. Governo Eletrônico.

PROGRAMA

Objetivos

- Discutir a influência da tecnologia da informação na moderna administração pública
- Abordar conceitos e princípios sobre sistemas de informações
- Abordar o papel do profissional de gestão pública no planejamento estratégico em TI

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Introdução a tecnologia da informação
2. Sistema de informação na administração pública e privada.
3. Tecnologia e Administração: Criando a infra-estrutura da Tecnologia da informação.
4. Evolução da tecnologia da informação: Operações e aplicações de recursos de gestão.
5. Governança em TI: A gestão da informação como arma estratégica.
6. Tecnologias aplicadas a sistemas de informação: Sistema de Processamento de Transações (SPT); Sistemas de Informações Gerenciais (SIG); Sistemas de Suporte à Decisão (SAD); Sistemas de Informações Executivas (EIS); Sistemas de Planejamento de Recursos Empresariais (ERP); Sistema de Gestão de Relacionamento com cliente (CRM); Bancos de Dados; Inteligência Artificial (IA); tecnologias relacionadas a sistemas de informações.
7. Planejamento em Tecnologia da Informação.
8. A informatização a serviço da gestão: A era da informação, a inteligência do negócio, o poder da Informação em um mundo de inovação.
9. Governo eletrônico: Transparência e cidadania.
10. Software livre e inclusão digital.
11. Terceirização da Tecnologia da Informação na Administração Pública
12. Princípios sobre Segurança da Informação

Procedimentos Metodológicos

- ◆ Aulas teóricas expositivas;
- ◆ Estudos de casos;
- ◆ Seminário;
- ◆ Leitura de textos e debates.

Recursos Didáticos

- ◆ Projetor multimídia;
- ◆ Computador;
- ◆ Quadro branco.

Avaliação

- ◆ Avaliações escritas
- ◆ Trabalhos individuais e em grupo (listas de exercícios, estudos dirigidos, pesquisas)
- ◆ Apresentação dos trabalhos desenvolvidos

Bibliografia Básica

1. LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GERENCIAIS: Administrando a empresa digital**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
2. SILVA, Arídio. **Sistemas de Informações na Administração Pública**. 1.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
3. REZENDE, Alcides Rezende; ABREU, Aline França de. **Tecnologia da Informação aplicada a sistemas de informação empresariais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia Complementar

1. STAIR, Ralph M. **Princípios de sistemas de informação**. Editora: Pioneira Thomson. 2005.
2. STAREC, Claudio ; GOMES, Elisabeth ; BEZERRA, Jorge . **Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2006. 351 p. il.
3. BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistemas de informação o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 358 p. il.
4. LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price . **Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 562 p. il.
5. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais**. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2005. 282 p. il.

Software(s) de Apoio:

- BrOffice.org Impress e PDF View

Curso: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária: 30h (40h/a)
Disciplina: Ética, Cultura e Diversidade	
Pré-Requisito(s): Nenhum	Número de créditos 2

EMENTA

Reflexão histórica, filosófica e política do conceito de ética. Ética e cidadania. O público e o privado. A ética teórica e os códigos de aplicada. Questionamento sobre se a ética encontra respaldo no mundo jurídico. Estado Laico. Teoria da reprodução cultural de P Bourdieu e Jean-Claude Passeron. Teoria da justiça. Gestão pública numa sociedade multicultural. Ideologia.

PRÉ-REQUISITOS

Não tem Pré-Requisito

OBJETIVOS

- Debater o critério da moralidade na história da ética.
- Apresentar as questões éticas ao servidor público.
- Discutir a ética profissional no serviço público.
- Desenvolver uma visão crítica sobre justiça e desigualdade nas políticas públicas
- Considerar a diversidade existente na sociedade na formulação de políticas públicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

14. Reflexão histórica, filosófica e política do conceito de ética.
15. Ética e cidadania
 - 15.1. Políticas públicas para inclusão (ações afirmativas)
 - 15.2. Fiscalização do cidadão (Lei que regula o acesso a informações – lei 12.527/2011; Decreto que regulamenta a lei ace: informações – decreto 7.724/2012)
 - 15.3. Governo eletrônico (transformação das relações do Governo com os cidadãos)
 - 15.4. República e democracia
16. A ética teórica e os códigos de ética aplicada.
17. Questionamento sobre se a ética encontra respaldo no mundo jurídico
 - 17.1. Os limites constitucionais da Ética
 - 17.2. Legislação (Constituição Federal de 1988; Lei do Servidor Público – Lei 8.112/90; Lei da Improbidade Administrativa – 8.429/92; Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal – Decreto 1.171, de 22 de junh 1994).
18. Estado Laico
 - 18.1. Conhecimento científico e o senso comum
 - 18.2. Conhecimento científico e o conhecimento religioso
 - 18.3. O que significa a palavra laico e o que é estado laico
 - 18.4. Na prática, o Brasil realmente é um país Laico?
19. Teoria da reprodução cultural e social de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron
 - 19.1. Violência simbólica.
 - 19.2. Educação X Mobilidade Social
 - 19.3. Capital econômico, cultural e social.
 - 19.4. Conceito de *habitus*
 - 19.5. Escola, classe social e sucesso escolar
20. Teoria da justiça
 - 20.1. O que é Justiça
 - 20.2. Justiça distributiva: Justiça como equidade de John Rawls
 - 20.3. Justiça por reconhecimento de Axel Honneth
 - 20.4. Justiça tridimensional de Nancy Fraser
 - 20.5. Políticas de ação afirmativa
21. Desigualdade
 - 21.1. Como entender e combater a desigualdade
 - 21.2. Privilégio e desigualdade
 - 21.3. PIB dos países e concentração de renda
 - 21.4. Desigualdades no Brasil e pelo mundo
 - 21.5. Políticas públicas de redução da pobreza
 - 21.6. Políticas públicas de transferência de renda
 - 21.7. Violência juvenil no Brasil

22. Gestão pública numa sociedade multicultural
 - 22.1. O que é multiculturalismo
 - 22.2. Política pública que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial
 - 22.3. Garantia a todos os cidadãos o respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.
23. Ideologia
 - 23.1. Histórico
 - 23.2. Ideologia na Filosofia
 - 23.3. Ideologia na sociologia
 - 23.4. Ideologias políticas que destacaram no século XX
 - 23.5. Ideologia de gênero

Procedimentos Metodológicos e Recursos Didáticos

- Aulas teóricas expositivas,
- Estudos de casos,
- Seminário, Leitura de textos, debates.
- Quadro branco, computador, projetor multimídia.

Avaliação

6. Avaliações escritas
7. Trabalhos individuais e em grupo (listas de exercícios, estudos dirigidos, pesquisas)
8. Apresentação dos trabalhos desenvolvidos

Bibliografia Básica

1. RUIZ ALONSO, Félix; GRANIZO LÓPEZ, Francisco; CASTRUCCI, Plínio de Lauro. **Curso de ética em administração empresarial e pública**. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 2012.
2. PASSOS, Elizete. **Ética nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2014.
3. SANDEL, Michael J. **Justiça – o que é fazer a coisa certa**. 9ª edição. Editora civilização brasileira, Rio de Janeiro. 2012.

Bibliografia Complementar

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.
2. _____. Decreto 1.171. Brasília: Planalto, 1994. [Código de Ética do Servidor Público].
3. _____. Lei 8.112. Brasília: Senado, 11.12.1990. [Lei do Servidor Público, especialmente os artigos 116 e 117].
4. _____. Lei 8.429. Brasília: Senado, 02.06.1992. [Lei da Improbidade Administrativa, especialmente os artigos 10, 11 e 12].
5. _____. Lei 12.527. Brasília: Senado, 18.11. 2011 [Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal].

Informações Adicionais

- Software(s) de Apoio:** 1. BrOffice.org Impress, PowerPoint e PDF View
- Site(s):** 2. Diversos especificados nos debates.

Curso: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária: 60h (80h/a)
Disciplina: Licitação e Contratos	Número de créditos 4
Pré-Requisito(s): Direito Administrativo	

EMENTA

Licitação pública: conceitos, origens e princípios. Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. Lei nº 10.520/2002. Contratos públicos: características, rescisão e modalidades.

PROGRAMA

Objetivos

- ◆ Conhecer e utilizar mecanismos de gestão favoráveis à coordenação de processos de compras segundo os princípios da eficácia e eficiência;
- ◆ Oferecer a adequada compreensão da disciplina através do estudo crítico dos conceitos e institutos fundamentais da licitação;
- ◆ Apresentar os procedimentos relativos ao processo licitatório em organizações públicas no Brasil.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Conceitos;
2. Natureza Jurídica;
3. Fundamentos;
4. Princípios;
5. Dispensa de Licitação;
6. Inexigibilidade de Licitação;
7. Modalidades;
8. Procedimento;
9. Anulação;
10. Revogação;
11. Recursos Administrativos;
12. Pregão;
13. Crimes e Penas;
14. Contratos da Administração;
15. Características dos contratos administrativos;
16. Rescisão do contrato administrativo;
17. Modalidades de contratos administrativos.

Procedimentos Metodológicos

- ◆ Aulas teóricas expositivas; Estudos de casos; Seminário; Leitura de textos e debates.

Recursos Didáticos

- ◆ Projetor multimídia;
- ◆ Computador;
- ◆ Quadro branco.

Avaliação

- ◆ Avaliações escritas
- ◆ Trabalhos individuais e em grupo (listas de exercícios, estudos dirigidos, pesquisas)
- ◆ Apresentação dos trabalhos desenvolvidos

Bibliografia Básica

1. BRASIL. Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Institui normas para licitações e contratos na administração pública. . Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 jun. 1993.
2. BRASIL. Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui a modalidade pregão para licitações. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 jul. 2002.
3. MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo brasileiro**. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

Bibliografia Complementar

1. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Dialética, 2010.
2. NOBREGA, Airton Rocha. Questões relevantes nas licitações públicas. Brasília: Fortium, 2005.
3. CRETELLA JUNIOR, Jose. Das licitações públicas. São Paulo: Forense Universitária, 2001.
4. _____. **Licitação e contrato administrativo**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
5. FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Contratação direta sem licitação**. 5. ed. atual. rev. e ampl. Brasília: Brasília Jurídica, 2000. ISBN 85-7469-158-5.

Software(s) de Apoio:

Curso: **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**
Disciplina: **Contabilidade Pública**
Pré-
Requisito(s): **Fundamentos de Contabilidade**

Período referência: **5º**
Carga-Horária: **60h (80h/a)**
Número de créditos **4**

EMENTA

Campo de aplicação da contabilidade pública; Lei nº 4.320/64; Códigos de administração financeira; Normas aplicadas à contabilidade pública; Patrimônio público; Sistema orçamentário; Sistema financeiro; Sistema patrimonial; Sistema de compensação; Balanços e demonstração das variações patrimoniais.

PROGRAMA

Objetivos

- O aluno de Contabilidade Pública, ao concluir os estudos programados para a disciplina, deverá ser capaz de analisar rotinas próprias de elaboração, execução, controle e avaliação do orçamento de órgãos da administração pública, cumprindo preceitos legais e procedimentos normativos e de controle, assegurando a correção necessária como pré-condição de atos e fatos decorrentes da questão exercida pelos administradores públicos.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Campo de aplicação da contabilidade pública;
2. Lei nº 4.320/64;
3. Evolução da Contabilidade Pública;
4. Normas aplicadas à contabilidade pública;
5. Patrimônio público;
6. Sistema orçamentário e Financeiro;
7. Sistema de Patrimonial e de Compensação;
8. Regimes de Contabilização;
9. Demonstrações Contábeis no setor Público;
10. Sistema de Custos e Resultado econômico.

Procedimentos Metodológicos

Aulas expositivas; debates; seminários; estudos de casos.

Recursos Didáticos

Projektor multimídia; quadro branco; filmes, artigos científicos.

Avaliação

Prova escrita; trabalhos escritos, listas de exercícios, seminários.

Bibliografia Básica

1. CARVALHO, Deuvaldo. **Orçamento e contabilidade pública**: teoria e prática. 5.ed. São Paulo: Campus, 2010.
2. PISCITELLI, Roberto Bocaccio *et al.* **Contabilidade pública**: uma abordagem da administração financeira pública. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
3. BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade pública**: teoria, técnicas de elaboração de balanços e questões. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Bibliografia Complementar

1. NASCIMENTO, Leonardo do; CHERMAN, Bernardo. **CONTABILIDADE PÚBLICA**. 1.ed. São Paulo: Elsevier, 2007.
2. SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. São Paulo: Pearson Education, 2009.
3. MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade aplicada ao setor público**. 1. ed. Brasília: Gestão Pública, 2009. 654 p. il. (Gestão Pública).
4. PIRES, João Batista Fortes de Souza. **Contabilidade pública**. 9. ed. rev. atual e ampl. Brasília, DF: Franco & Fortes, 2006. ISBN 85-7062-065-9.
5. KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 410 p.

Software(s) de Apoio:

Curso: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária: 60h (80h/a)
Disciplina: Introdução à Economia	Número de créditos 4
Pré-Requisito(s): Nenhum	

EMENTA

Escassez e escolha; curva de possibilidades de produção; macroeconomia e microeconomia; organização econômica; demanda, oferta e equilíbrio; teoria da produção e dos custos; estruturas de mercado; contabilidade nacional, consumo, investimento e setor público; noções de economia monetária; noções de economia internacional.

PROGRAMA

Objetivos

Levar o aluno a se apropriar, minimamente, de uma base teórica que lhe permita efetuar análises do funcionamento da economia, suas variáveis e aplicações no contexto nacional e internacional, assim como compreender, criticamente, os problemas econômicos atuais.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- 1 Noções gerais de economia
 - 1.1 A ciência econômica e sua história
 - 1.2 Conceitos básicos de economia
- 2 Questões econômicas fundamentais
 - 2.1 A curva de possibilidades de produção
 - 2.2 Organização econômica
- 3 Noções gerais de microeconomia
 - 3.1 Demanda, oferta e equilíbrio
 - 3.2 Elasticidades
 - 3.3 Teoria da produção e dos custos
 - 3.4 Estruturas de mercado: concorrência perfeita, monopólio, concorrência monopolística e oligopólio
- 4 Noções gerais de macroeconomia
 - 4.1 Origem da macroeconomia
 - 4.2 Noções de contabilidade nacional
 - 4.3 Consumo, investimento e setor público
 - 4.4 O papel e a importância da moeda
 - 4.5 Noções de economia internacional

Procedimentos Metodológicos

Aulas expositivas; debates; seminários; estudos de casos.

Recursos Didáticos

Projektor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

Prova escrita; trabalhos escritos, listas de exercícios, seminários.

Bibliografia Básica

1. PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia**. 5ª edição. São Paulo: Thomson, 2005.
2. KRUGMAN, Paul R.; WELLS, Robin. **Introdução à Economia**. 2ª edição. São Paulo: Campus, 2011.
3. NISHIJIMA, Marislei; O'SULLIVAN, Arthur; Raymond SHEFFRIN, Steven M. **Introdução à Economia**. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2004.

Bibliografia Complementar

1. CANO, Wilson. **Introdução à Economia**. 2ª edição. São Paulo: Unesp, 2007.
2. HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 22ª edição. São Paulo: LTC, 2010.
3. NOVAES, Carlos Eduardo; RODRIGUES, Vilmar. **Capitalismo para principiantes**. 23ª edição. São Paulo: Ática, 2003.
4. VICECONTI, Paulo E. V.; NEVES, Silvério das. **Introdução à economia** 9. ed. São Paulo: Frase, 2009. 651 p. il.
5. TROSTER, Roberto Luis; MORCILLO, Francisco Mochón. **Introdução à economia** São Paulo: Pearson Makron Books, 2007. 404 p. il.

Software(s) de Apoio:

Curso: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária: 30h (40h/a)
Disciplina: Comportamento Organizacional	Número de créditos 2
Pré- Requisito(s): Nenhum	

EMENTA

Definição de comportamento organizacional. **O indivíduo:** diversidade organizacional. Atitudes. Emoções. Personalidade. Percepção. Motivação. **O grupo:** o comportamento em grupo. Equipes de trabalho. Comunicação. Liderança. Poder e política. Conflito e negociação. **Sistema organizacional:** estrutura organizacional. Cultura organizacional. Políticas e práticas de recursos humanos. Mudança organizacional.

PROGRAMA

Objetivos

- Compreender a importância dos conteúdos do comportamento humano no contexto das organizações a fim de subsidiar, de forma qualitativa, a prática do tecnólogo em Gestão Pública.
- Promover a reflexão sobre os processos psicológicos básicos inerentes ao comportamento organizacional nas diversas modalidades relacionais e grupais.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- O que é comportamento organizacional;
- O indivíduo:
 - Personalidade e valores
 - Percepção e tomada de decisões;
 - Emoções e sentimentos
 - Atitudes e satisfação nas organizações
 - Diversidade organizacional;
 - Motivação: as teorias e aplicações;
- O grupo:
 - Fundamentos do comportamento em grupo;
 - Compreendendo as equipes de trabalho;
 - Comunicação Interpessoal e Organizacional;
 - Liderança;
 - Poder e política;
 - Conflito e negociação;
- Sistema organizacional:
 - Fundamentos de estrutura organizacional;
 - Cultura organizacional;
 - Políticas e práticas de recursos humanos;
- 5. Mudança organizacional;

Procedimentos Metodológicos

- ◆ Aulas teóricas expositivas; Trabalhos em grupos; Dinâmicas de grupo; Discussão em grupos;

Recursos Didáticos

- ◆ Projetor multimídia;
- ◆ Computador;
- ◆ Quadro branco.

Avaliação

- ◆ Avaliações escritas; Trabalhos em grupo; Estudos de caso; Seminários.

Bibliografia Básica

1. BOWDITCH, J.L. & BUONO, A.F. **Elementos de Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pioneira, 2002.
2. CHIAVENATO, I. **Gerenciando Pessoas**. Rio de Janeiro. Prentice Hall, 2003.
3. _____. **Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia Complementar

1. FIORELLI, J.O. **Psicologia para Administradores: integrando teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.
2. HERSEY, O.; BLANCHARD, K. **Psicologia para Administradores**. São Paulo: EPU, 2000.
3. MOTTA, F.C.P.; CALDAS, M.P. **Cultura e Clima Organizacional**. São Paulo: Atlas, 1ª ed., 2007.
4. CHANLAT, J.F. e col. **O indivíduo nas Organizações: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1997.
5. ZANELLI, J.C., BORGES-ANDRADE, J.E., & BASTOS, A.V.B. (Orgs.) (2004). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed.

Software(s) de Apoio:

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária:	60h (80h/a)
Disciplina:	Auditoria Pública	Número de créditos	4
Pré-Requisito(s):	Nenhum		

EMENTA

Origem da auditoria, Evolução da auditoria no Brasil, Conceitos básicos de auditoria, Controle Interno, Planejamento da auditoria, Programas de Trabalho, Normas de Auditoria Independente, Normas Profissionais do auditor Independente, auditoria do setor público, o auditor, tipos de relatórios, governança e análise de risco.

PROGRAMA

Objetivos

Possibilitar a compreensão e a discussão de tópicos de auditoria pública, tendo por objetivo geral dotar o aluno (a) de conhecimentos específicos das operações peculiares à prática da auditoria pública. Ao término do curso, espera-se que o aluno (a) tenha assimilado conhecimento e desenvolvido habilidades e capacidade crítica, sendo capaz de enunciar e descrever todas as funções.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Auditoria
 - 1.1. Origem e evolução da auditoria
 - 1.2. Conceitos básicos de auditoria
2. Auditoria e Conflito de Agência
3. Paradigmas da auditoria
4. Conceitos de auditoria governamental
5. Elementos estruturais da auditoria: achadas, evidências, situação encontrada, parâmetros, etc...
6. Tipos de auditoria
7. Auditoria, controle e fiscalização
8. Fases da auditoria: Planejamento, Execução e Relatórios de auditoria
9. Normas de Auditoria
10. Normas Profissionais do auditor Independente
11. Risco de auditoria
12. Controle Interno e Externo
13. Auditoria Operacional.

Procedimentos Metodológicos

- Aulas expositivas; debates; seminários; estudos de casos.

Recursos Didáticos

- Projetor multimídia; quadro branco; filmes, artigos científicos.

Avaliação

Prova escrita; trabalhos escritos, listas de exercícios, seminários.

Bibliografia Básica

1. CASTRO, Domingos Poubel. Auditoria e controle interno na administração pública: guia para atuação. 2. ed. São Paulo: Atlas 2009.
2. PETER, Maria da Glória Arraes; MACHADO, Marcus Vinícios Veras. Manual de Auditoria Governamental. São Paulo: Atlas, 2014.
3. CARVALHO, José Carlos Oliveira de. Auditoria geral e pública: doutrina e jurisprudência: questões de concurso

Bibliografia Complementar

1. ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.
2. ATTIE, William. **Auditoria** conceitos e aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 477 p. il.
3. ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria** um curso moderno e completo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 533 p. il.
4. CAMPOS, Lucila Maria de Souza; LERÍPIO, Alexandre de Ávila . **Auditoria ambiental**: uma ferramenta de gestão. São Paulo: Atlas, 2009. 134 p. il.
5. LA ROVERE, Emilio Lebre ; D'AVIGNON, Alexandre . **Manual de auditoria ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003. 136 p.

Software(s) de Apoio:

Planilhas Eletrônicas

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária:	30h (40h/a)
Disciplina:	Economia do Setor Público	Número de créditos	2
Pré-Requisito(s):	Introdução à Economia		

EMENTA

Setor público; o papel do Estado na economia; funções do governo; tributação, gasto do governo, déficit público; dívida pública; mudanças no perfil do setor público.

PROGRAMA

Objetivos

- Fornecer ao aluno a base econômica das atividades governamentais, principalmente no que se refere aos conceitos básicos das Finanças Públicas.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- 1.1. Teoria econômica do setor público
 - 1.1.1. Definições de setor público
 - 1.1.2. A necessidade de intervenção do Estado na economia
 - 1.1.3. Funções do governo
- 1.2. Financiamento das políticas públicas
 - 1.2.1. Teoria da tributação
 - 1.2.2. Evolução das finanças públicas no Brasil
- 1.3. sistema tributário brasileiro
- 1.4. Despesa e dívida pública
 - 1.4.1. Evolução do gasto público no Brasil
 - 1.4.2. Déficit público, dívida pública e necessidade de financiamento do setor público
- 1.5. Tópicos especiais em finanças públicas
 - 1.5.1. Privatizações no setor público
 - 1.5.2. Previdência social
 - 1.5.3. O Estado regulador
 - 1.5.4. Parceria público-privada

Procedimentos Metodológicos

- Aulas expositivas; debates; seminários; estudos de casos.

Recursos Didáticos

- Projetor multimídia; quadro branco; filmes, artigos científicos.

Avaliação

Prova escrita; trabalhos escritos, listas de exercícios, seminários.

Bibliografia Básica

1. GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
2. RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.
3. SILVA, Fernando Rezende. **Finanças Públicas**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia Complementar

1. ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. **Economia do Setor Público no Brasil**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
2. BIDERMAN, Ciro ; ARVATE, Paulo . **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 560 p. il.
3. REZENDE, Fernando; LIMA, Edilberto Carlos Pontes ; CÂNDIDO JR, José Oswaldo . **Finanças públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 382 p. il.
4. BESANKO, David ; BASSO, Leonardo Fernando Cruz . **A economia da estratégia**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 608 p. il.
5. RICKLEFS, Robert E.; BUENO, Cecília . **A economia da natureza**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 546 p. il.

Software(s) de Apoio:

Curso: **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**
Disciplina: **Gestão logística**
Pré-Requisito(s): **Nenhum**

Carga-Horária: 60h(80h/a)
Número de créditos 4

EMENTA

Cadeia de suprimentos. Estratégia logística. Serviço ao cliente logístico. Planejamento e controle de estoques. Gestão de armazém e almoxarifado. Movimentação de materiais e embalagem. Gestão de transportes. Coordenação em uma cadeia de suprimentos.

PROGRAMA

Objetivos

- Conhecer as diferenças entre as definições de cadeia de suprimentos, gestão de materiais e gestão de suprimentos.
- Desenvolver o processo de alinhamento estratégico da logística organizacional.
- Definir o tipo de serviço logístico a ser implantado em uma organização.
- Gerenciar os diferentes tipos de estoque e calcular os seus custos.
- Descrever os princípios da armazenagem, bem como planejar um armazém/almoxarifado.
- Organizar os sistemas de manuseio de materiais e suas embalagens.
- Identificar os modais de transporte e analisar as suas vantagens e desvantagens.
- Promover a coordenação da cadeia de suprimentos, minimizando o efeito chicote e ampliando a confiança organizacional.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- | | |
|--|--|
| 1. Cadeia de suprimentos
1.1. Definições
1.2. Atividades chave e de suporte
1.3. Logística reversa
1.4. Tipos de valor em logística | 5. Gestão de armazém
5.1. Princípios de estocagem
5.2. Funcionalidade dos depósitos
5.3. Recursos de armazenagem
5.4. Planejamento de depósitos |
| 2. Estratégia Logística
2.1. Alinhamento estratégico
2.2. Redes de linhas e nós
2.3. Trade-off logísticos | 6. Movimentação e embalagem
6.1. Necessidade de manuseio de materiais
6.2. Sistemas de armazenamento
6.3. Perspectivas da embalagem
6.4. Unitização |
| 3. Serviço ao cliente logístico
3.1. Definição de serviço
3.2. Capacidade de prestação de serviço
3.3. Crescente expectativa dos clientes
3.4. Serviços de valor agregado | 7. Gestão de transporte
7.1. Modais de transporte
7.2. Multimodalidade
7.3. Desempenho dos modais
7.4. Gestão de riscos em transporte
7.5. Centro de gravidade da carga |
| 4. Gestão de estoques
4.1. Tipos de estoque
4.2. LEC
4.3. Revisão contínua e periódica dos estoques
4.4. Curva ABC
4.5. Giro e cobertura de estoque | 8. Coordenação em uma cadeia de suprimentos
8.1. Falta de coordenação e efeito chicote
8.2. Obstáculos a coordenação
8.3. Criação de parcerias estratégicas
8.4. Estabelecimento de confiança na cadeia |

Procedimentos Metodológicos

- Aula dialogada, leitura dirigida, discussão, exercícios, estudos de caso e seminário.

Recursos Didáticos

- Quadro branco, computador, lápis piloto, apagador e projetor multimídia.

Avaliação

- No decorrer da disciplina, o processo de avaliação será realizado de forma contínua, e estará baseado nos seguintes critérios: conhecimento do assunto, participação na realização e entrega dos trabalhos, participação ativa do aluno em sala de aula e quanto a frequência, observar-se-á as exigências da instituição.

Bibliografia Básica

1. BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. **Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento**. São Paulo: Atlas, 2011.
2. CHOPRA, Sunil; MEINDL, Peter. **Gestão da Cadeia de Suprimentos: estratégia, planejamento e operações**. 4. Ed. São Paulo: Perason Prentice Hall, 2011.
3. SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

1. BAILY, P.; *et al.* **Compras: Princípios e Administração.** São Paulo: Atlas, 2000.
2. BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
3. CHRISTOPHER, Martin. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos.** 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
4. **POZO, H. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010**
5. DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 346 p. il.

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	
Disciplina:	Gestão de Pessoas	Carga-Horária: 60h (80h/a)
Pré-Requisito(s):	Nenhum	Número de créditos 4

EMENTA

Introdução à gestão de pessoas no setor público. Planejamento de recursos humanos. Processos de aplicar pessoas. Processos de recompensar pessoas. Processos de desenvolver pessoas. Processos de manter pessoas. Processos de monitorar pessoas.

PROGRAMA

Objetivos

- Proporcionar conhecimentos sobre a organização e a administração de pessoas, entender o funcionamento dos processos de Recursos Humanos, os seus desafios e a sua atuação estratégica na gestão de pessoas no setor público.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- A Gestão de Pessoas nos dias atuais.
- Dimensões da Gestão de Pessoas no Serviço Público.
- Planejamento de Recursos Humanos.
- O Ambiente Organizacional e dos Recursos Humanos.
- Modelagem de cargos.
- Administração de Carreira e Salários.
- Planos de benefícios sociais.
- Treinamento e desenvolvimento de pessoal.
- Relações de trabalho e sindicais.
- Avaliação de desempenho.

Procedimentos Metodológicos

- ◆ Aulas teóricas expositivas;
- ◆ Leituras complementares, análises e interpretações de textos;
- ◆ Trabalhos em grupos;
- ◆ Dinâmicas de grupo;
- ◆ Estudos de Caso.

Recursos Didáticos

- ◆ Projetor multimídia;
- ◆ Computador;
- ◆ Quadro branco.

Avaliação

- ◆ Avaliações escritas;
- ◆ Trabalhos em grupo;
- ◆ Seminários;
- ◆ Estudos de casos.

Bibliografia Básica

1. BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de Pessoas em Organização Públicas**. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.
2. CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. Rio de Janeiro Editora: Elsevier. 2008.
3. CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando pessoas: o passo decisivo para a administração participativa**. São Paulo. Editora: Makron Books. 1994.

Bibliografia Complementar

1. SENGE, Peter M. **A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende**. Rio de Janeiro Editora: Best Seller. 2009
2. FERRER, Florencia. **Gestão Pública Eficiente**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
3. FLEURY, M.T.L. Vários Autores. **As pessoas na organização**. São Paulo. Editora Gente, 2002
4. VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de pessoas**. São Paulo Editora: Atlas. 2006.
5. PAIM, Rafael. **Gestão de processos pensar, agir e aprender**. Porto Alegre: Bookman, 2009. 327 p. il.

Software(s) de Apoio:

APÊNDICE IV – PROGRAMAS DOS SEMINÁRIOS CURRICULARES

Curso: Superior de Tecnologia em Gestão Pública	
Componente Curricular: Seminário de Integração Acadêmico-Científica	Carga-Horária: 30h (40/h/a)
Pré-Requisito(s): ---	Número de créditos 2

PROGRAMA

Objetivos

- Participar de um espaço de acolhimento, orientação, diálogo e reflexão;
- Conhecer a estrutura de funcionamento do IFRN, especificamente, do Campus, da Diretoria Acadêmica e do Curso;
- Situar-se na cultura educativa do IFRN;
- Conhecer as formas de acesso aos serviços de apoio ao estudante, se apropriando de seus direitos e deveres;
- Refletir sobre a indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão nos cursos de graduação.
- Compreender a pesquisa acadêmica;
- Conhecer a pesquisa nos institutos federais, a pesquisa aplicada e suas tecnologias sociais e a pesquisa no curso;
- Conhecer o fomento da pesquisa no Brasil, no estado do Rio Grande do Norte e no IFRN;
- Compreender a realização das atividades de ensino e pesquisa.

Procedimentos Metodológicos

- Acolhimento e integração dos estudantes através de reunião realizada no início do semestre letivo, com apresentação da estrutura de funcionamento do IFRN e das atividades da Diretoria Acadêmica e do Curso e Entrega do Manual do Estudante. O Seminário será realizado mediante encontros com exposição dialogada, palestras, seminários e oficinas e será coordenado por um docente do curso e pelo coordenador de pesquisa do Campus.

Recursos Didáticos

- Quadro branco e pincel, computador, projetor multimídia, microfone e equipamento de som.

Avaliação

- A avaliação será realizada de forma processual, numa perspectiva formativa contínua, cujo objetivo é subsidiar o aperfeiçoamento das práticas educativas. Os instrumentos usados serão registros da frequência e da participação dos estudantes nas atividades dirigidas.

Curso: **Superior de Tecnologia em Gestão Pública**

Componente Curricular: **Seminário de Orientação ao Projeto Integrador**

Carga-Horária: **30h (40/h/a)**

Pré-Requisito(s): ---

Número de créditos **2**

Objetivos

- Participar de um espaço interdisciplinar, que tem a finalidade de proporcionar oportunidades de reflexão sobre a tomada de decisões mais adequadas à sua prática, com base na integração dos conteúdos ministrados nas disciplinas vinculadas ao projeto com aplicação ao campo através de práticas extensionistas.
- Perceber as relações de interdependência existente entre as disciplinas do curso e o ambiente organizacional.
- Planejar o projeto de intervenção interdisciplinar fortalecendo a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva e aplicação prática dos conhecimentos produzidos.

Conteúdos

Relacionados principalmente aos assuntos estudados no semestre referente ao projeto e a sua aplicação através de práticas extensionistas.

Procedimentos Metodológicos

Reuniões semanais dos estudantes com os seu(s) orientador(es) acerca do desenvolvimento do projeto integrador em práticas extensionistas. Esses encontros poderão ocorrer com o professor coordenador do projeto ou com professores orientadores de determinadas temáticas.

Recursos Didáticos

Quadro branco e pincel, computador e projetor multimídia.

Avaliação

O projeto será avaliado por uma banca examinadora constituída por professores das disciplinas vinculadas ao projeto e pelo professor coordenador do projeto. A avaliação do projeto terá em vista os critérios de: domínio do conteúdo; linguagem (adequação, clareza); postura; interação; nível de participação e envolvimento; e material didático (recursos utilizados e roteiro de apresentação). Com base nos projetos desenvolvidos, os estudantes poderão desenvolver relatórios técnicos.

Curso: **Superior de Tecnologia em Gestão Pública**

Componente **Seminário de Orientação ao Trabalho de Conclusão do**
Curricular: **Curso - TCC**

Carga-Horária: **30h (40/h/a)**

Pré-Requisito(s): ---

Número de créditos **2**

Objetivos

- Refletir sobre a indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão nos cursos de graduação.
- Compreender a Pesquisa Acadêmica:
- ✓ conhecer a Pesquisa nos Institutos Federais, a Pesquisa aplicada e suas tecnologias sociais e a Pesquisa no curso;
- ✓ analisar projetos de pesquisa do IFRN, seja do próprio curso ou eixo tecnológico em geral;
- ✓ elaborar um projeto de pesquisa observando todos os seus elementos constitutivos.
- Conhecer o Fomento da Pesquisa e da Extensão no Brasil e no RN.
- Compreender a realização das atividades de Extensão:
- ✓ conhecer a história da Extensão e seus conceitos;
- ✓ compreender a Extensão como macrométodo científico e princípio educativo;
- ✓ conhecer a Extensão nos Institutos Federais e, especificamente, no curso (realidade e possibilidades);
- ✓ analisar projetos de extensão do IFRN, seja do próprio curso ou área/eixo tecnológico em geral;
- ✓ elaborar um projeto de extensão observando todos os seus elementos constitutivos.

Procedimentos Metodológicos

O Seminário será realizado mediante encontros com exposição dialogada, palestras, seminários e oficinas de elaboração de projetos de extensão e pesquisa;

O Seminário será coordenado por um professor do curso e executado pelos coordenadores de extensão e pesquisa do Câmpus.

Recursos Didáticos

Quadro branco e pincel, computador, projetor multimídia e laboratório de Informática.

Avaliação

A avaliação será realizada de forma processual, numa perspectiva formativa, cujo objetivo é subsidiar o aperfeiçoamento das práticas educativas. Os instrumentos usados serão registros da participação dos estudantes nas atividades dirigidas, elaboração de projetos de extensão e de pesquisa, bem como a auto-avaliação por parte do estudante. Também será registrada a frequência como subsídio avaliativo.

APÊNDICE V – PROGRAMAS DOS PROJETOS INTEGRADORES

Curso: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
Projeto Integrador: Desenvolvimento de Projeto Integrador
Carga-Horária: 190h (253/h/a)
Pré-requisito: Nenhum

Objetivos

- Participar de um espaço interdisciplinar, que tem a finalidade de proporcionar oportunidades de reflexão sobre a tomada de decisões mais adequadas à sua prática, com base na integração dos conteúdos ministrados nas disciplinas vinculadas ao projeto com aplicação ao campo através de práticas extensionistas;
- Perceber as relações de interdependência existente entre as disciplinas do curso e o ambiente organizacional;
- Planejar o projeto de intervenção interdisciplinar fortalecendo a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva e aplicação prática dos conhecimentos produzidos;
- Compartilhar com a sociedade os conhecimentos desenvolvidos no IFRN por meio de práticas extensionistas.

Disciplinas Vinculadas

- Disciplinas Vinculadas: Metodologia do Trabalho Científico e Gestão de Projetos

Procedimentos Metodológicos

A turma é dividida em grupos de alunos, junto com um professor orientador, que selecionarão uma organização para receber a atividade técnica extensionista.

Serão realizadas reuniões semanais dos estudantes com os seu(s) orientador(es) acerca do desenvolvimento do projeto integrador em práticas extensionistas. Esses encontros poderão ocorrer com o professor coordenador do projeto ou com professores orientadores de determinadas temáticas. Nessas reuniões serão definidas pelas seguintes etapas:

- Definição do ambiente (local) onde o trabalho será desenvolvido;
- Elaboração de uma matriz de planejamento contendo todas as etapas do trabalho extensionista;
- Definição dos procedimentos a serem adotados no desenvolvimento do trabalho extensionista;
- Organização das etapas do trabalho extensionista, a serem desenvolvidas em ordem cronológica;
- Execução do trabalho extensionista de acordo com o escopo definido;
- Aplicação dos procedimentos anteriormente definidos para levantar a situação do ambiente, projeto, atividade ou instituição envolvida no trabalho extensionista;
- Avaliação e análise das informações obtidas;
- Elaboração de medidas corretivas e intervencionistas objetivando propor uma solução;
- Elaborar relatório descrevendo todas as etapas e detalhes do desenvolvimento do projeto extensionista

Recursos Didáticos

- Quadro branco e pincel, computador e projetor multimídia. Plataformas remotas (meet, teams e outras)

Avaliação

O projeto será avaliado por uma banca examinadora constituída por professores das disciplinas vinculadas ao projeto e pelo professor coordenador do projeto. A avaliação do projeto terá em vista os critérios de: domínio do conteúdo; linguagem (adequação, clareza); postura; interação; nível de participação e envolvimento; e material didático (recursos utilizados e roteiro de apresentação). Também será avaliado a pontualidade na entrega das etapas do trabalho, extensão e profundidade no desenvolvimento das atividades extensionistas como também as soluções sugeridas pelo grupo. Com base nos projetos desenvolvidos, os estudantes poderão desenvolver relatórios técnicos.

Resultados Esperados

- Relatório técnico extensionista com as soluções propostas.

APÊNDICE VI – EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária:	30h (40h/a)
Disciplina:	LIBRAS	Número de créditos	2
Pré-Requisito(s):	Nenhum		
Núcleo	Fundamental		
Pertencente:			

EMENTA

Introdução dos fundamentos da Tradução e da interpretação aplicados à tradução e à interpretação do tipo Libras-PortuguêsLibras..

Objetivos

Discutir aspectos históricos da tradução e da interpretação de línguas orais e de sinais. - Tratar dos pontos congruentes e divergentes entre tradução e interpretação. - Apresentar conceitos basilares de teorias que tratam sobre tradução e interpretação de línguas estabelecendo relação com a Libras e o Português. - Abordar as implicações da modalidade na tradução Libras-Português – Libras.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- História da tradução e da interpretação das línguas orais.
- História da tradução e da interpretação das línguas de sinais.
- Conceito de Tradução. - Conceito de interpretação.
- Tipos de tradução interpretação de acordo com Jakobson: intralingual, interlingual e intersemiótica.
- Traduções intralingual, interlingual e intersemiótica na tradução Libras-Português-Libras.

Procedimentos Metodológicos

Aulas expositivo-dialogadas.

Recursos Didáticos

- Projetor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

A avaliação poderá se dar por meio de seminário, prova, redação de textos, arguição, além de outros modos julgados pertinentes pelo ministrante.

Bibliografia Básica

1. BASSNETT, Susan. Estudos da tradução. Tradução de Vivina de Campos Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
2. CAMPOS, Haroldo de. Metalinguagem e outras metas. São Paulo: Perspectiva, 2004.
3. ECO, Umberto. Quase a mesma coisa: experiências de tradução. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.

Bibliografia Complementar

1. AKOBSON, R. Aspectos lingüísticos da tradução. In: Lingüística e comunicação. Tradução de Izidoro Blikstein e Paulo Paes. São Paulo, Cultrix, 1991. p. 63-72.
2. MAGALHÃES JR., Ewandro. Sua majestade, o intérprete: o fascinante mundo da tradução simultânea. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
3. METZGER, Melanie. Sign Language Interpreting: deconstructing the Myth of Neutrality. Washington: Gallaudet University Press, 2002.
4. MOUNIN, Georges. Os problemas teóricos da tradução. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1965.
5. SCHLEIERMACHER, Friedrich. Sobre os diferentes métodos de tradução. Tradução de Margarete von Mühlen Poll. In: Clássicos da teoria da tradução – vol. 1: alemãoportuguês. Florianópolis: UFSC, 2001, p. 26-87.

Software(s) de Apoio:

Curso:	Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária:	60h (80h/a)
Disciplina:	Matemática Aplicada e Financeira	Número de créditos	4
Pré-Requisito(s):	Nenhum		
Núcleo	Fundamental		
Pertencente:			

EMENTA

Compreender as relações matemáticas do mercado, além de estabelecer base para realização de operações relativas ao gerenciamento de recursos.

PROGRAMA

Objetivos

- Contextualizar os alunos sobre o papel da matemática aplicada em finanças;
- Compreender a relação da moeda e o tempo;
- Conhecer os diferentes regimes de capitalização de juros;
- Aprender a calcular séries e sistemas de amortização de juros;
- Contextualizar as técnicas de análise no ambiente de investimentos e captação de recursos públicos.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- 1 Revisão de porcentagem e regra de três
- 2 O valor do dinheiro no tempo
- 3 Regime de capitalização simples
- 4 Regime de capitalização composta
- 5 Desconto simples
- 6 Séries uniformes
- 7 Sistemas de amortização

Procedimentos Metodológicos

- Aulas expositivas; exercícios; estudos de casos.

Recursos Didáticos

- Projetor multimídia; quadro branco.

Avaliação

Prova escrita.

Bibliografia Básica

1. ASSAF NETO, A. *Matemática Financeira e suas Aplicações*. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
2. AUER, UDIBERT REINOLDO. *Matemática financeira fundamental*. São Paulo, 2003.
3. BRUNI, ADRIANO LEAL. *A matemática das finanças*. V.1. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar

1. FARO, CLÓVIS de. *Matemática Financeira*. São Paulo: Atlas, 1982.
2. MORETTIN, P.A. *Introdução ao cálculo para administração, economia e contabilidade*. São Paulo: Saraiva, 2009.
3. MUROLO, AFRÂNIO. *Matemática aplicada à administração, economia e contabilidade*. São Paulo: Thomson Learning, 2004.
4. PUCCINI, Abelardo de Lima. *Matemática Financeira: Objetiva e Aplicada*. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
5. SAMANEZ, CARLOS PATRICIO. *Matemática Financeira: aplicações à análise de investimentos*. São Paulo: Pearson, 2007

Software(s) de Apoio:

- Planilhas Eletrônicas

Curso:	Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária:	60h (80h/a)
Disciplina:	Métodos Estatísticos	Número de créditos:	4
Pré-Requisito(s):	Nenhum		
Núcleo Pertencente:	Núcleo Científico e Tecnológico: Unidade Básica		

EMENTA

Método estatístico, distribuição de frequência, medidas de tendência central e de dispersão, separatrizes, apresentação gráfica. Análise de correlação e regressão linear. Software de apoio estatístico.

PROGRAMA

Objetivos

Desenvolver a capacidade de identificar e aplicar métodos e técnicas quantitativas para compreender adequadamente problemas de pesquisa em gestão pública.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Método estatístico: a ciência estatística, termos estatísticos relevantes, fases do trabalho estatístico.
- A ciência estatística.
- Termos estatísticos relevantes.
- Fases do trabalho estatístico: definição do problema, planejamento, coleta de dados, organização de dados, análise de dados, apresentação de resultados.
- Distribuição de frequência
- Rol, amplitude total, classes, amplitude de classe, frequências.
- Medidas de tendência central
- Média, mediana, moda.
- Medidas de dispersão
- Variância, desvio-padrão, coeficiente de variação.
- Separatrizes, assimetria e curtose.
- Quartil, decil, percentil, assimetria, curtose.
- Apresentação gráfica
- Histograma, polígono de frequência.
- Significado da análise de correlação e regressão.
- Diagrama de dispersão.
- Coeficiente de correlação linear.
- Equação de regressão linear.
- Erro padrão de estimativa.
- Regressões que se tornam lineares por transformação.

Procedimentos Metodológicos

As aulas terão um enfoque orientado para casos reais, buscando aplicação técnica dos modelos estudados. Será utilizado software de apoio estatístico. As aulas serão prioritariamente em laboratório de informática.

Recursos Didáticos

Laboratório de informática, software de apoio estatístico, projetor multimídia.

Avaliação

A nota final de cada unidade consistirá de um trabalho (em grupo) e uma prova. Podendo haver um projeto (prático) no final da disciplina, abrangendo todo o conteúdo e tendo como suporte técnico um software de apoio estatístico.

Bibliografia Básica

- LAPPONI, Juan Carlos. **Estatística Usando Excel**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
LARSON, Ron. **Estatística Aplicada**. Tradução e revisão técnica Cyro de Carvalho Patarra. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
TRIOLA, Mario F. **Introdução a Estatística**. 7 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
FONSECA, Jairo Simon. **Curso de Estatística**. São Paulo: Atlas, 1990.

Bibliografia Complementar

- NEUFELD, John L. **Estatística aplicada à administração usando Excel**. Tradução José Luiz Celeste; revisão técnica Cyro C. Patarra. São Paulo: Prentice Hall, 2003.
SPIEGEL, Murray R. **Estatística**. Tradução e revisão técnica Pedro Consentino, 3a ed. São Paulo: Makron Books, 1993 – Coleção Schaum.

Software(s) de Apoio:

Curso: Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária: 60h (80h/a)
Disciplina: Marketing no Serviço Público	Número de créditos 4
Pré-Requisito(s): Nenhum	
Núcleo Pertencente: Núcleo Científico e Tecnológico: Unidade Tecnológica	

EMENTA

Base conceitual do marketing, funções do marketing, composto de marketing. Melhoria de desempenho do setor público através de aproveitamento de oportunidades para atender a necessidades do cidadão. Aplicação de ferramentas de marketing no setor público. Monitoramento e avaliação de desempenho. Plano de marketing

PROGRAMA

Objetivos

- ◆ Familiarizar os alunos com os conceitos e técnicas mais importantes de Marketing e conqüentes aplicações no setor público;
- ◆ Estudar as técnicas utilizadas na tomada de decisões de marketing, no que tange à administração pública;
- ◆ Analisar conceitos e problemas de marketing referentes ao papel do gestor público.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Base conceitual do marketing, funções do marketing, composto de marketing.
2. Melhoria de desempenho do setor público através de aproveitamento de oportunidades para atender a necessidades do cidadão.
3. Aplicação de ferramentas de marketing no setor público.
Criação e manutenção de uma identidade de marca desejada
Comunicação eficaz com públicos-chave
Melhoria dos serviços e aumento da satisfação do cliente
Marketing social
4. Coleta de dados sobre o cidadão, informações e feedback
5. Monitoramento e avaliação de desempenho
6. Plano de marketing

Procedimentos Metodológicos

- Aulas expositivas, Estudos de casos, seminários para apresentação e discussão de temas propostos.
- Leituras complementares, análise e interpretação de textos e artigos.

Recursos Didáticos

- ◆ Projetor multimídia;
- ◆ Computador;
- ◆ Quadro branco.

Avaliação

- ◆ Avaliações escritas
- ◆ Trabalhos individuais e em grupo (listas de exercícios, estudos dirigidos, pesquisas)
- ◆ Apresentação dos trabalhos desenvolvidos

Bibliografia Básica

KOTLER, Philip. **Marketing no setor público**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing – Conceitos, Exercícios e Casos – 8ª edição**. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

KOTLER, Philip. **O Marketing sem segredos**. São Paulo: Bookman, 2005.
KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. São Paulo: Pearson, 2006.
ZENOME, Luiz Cláudio. **Marketing social**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

Software(s) de Apoio:

Windows, Microsoft Office (Powerpoint, Word), sites diversos.

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária:	30h (40h/a)
Disciplina:	Direito Previdenciário	Número de créditos	2
Pré-Requisito(s):	Nenhum		
Núcleo	Núcleo Científico e Tecnológico: Unidade Tecnológica		
Pertencente:			

EMENTA

Estudar o sistema da seguridade social, em especial, o regime geral da previdência social brasileira e o regime próprio previdenciário dos Servidores Públicos

Objetivos

Desenvolver os conceitos gerais e específicos dos diversos tópicos da ementa proposta sob o aspecto ético, legislativo, doutrinário, jurisprudencial, regulamentar e principiológico.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Seguridade Social: Saúde, Assistência Social e Previdência Social.
2. Seguridade social na Constituição Federal.
3. Regimes de Previdência social: Regime Geral de Previdência Social – RGPS; Regimes próprios de Previdência Social; Regimes de previdência complementar.
4. Regime Geral de Previdência Social - RGPS.
5. Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – LOAS ao idoso e à pessoa com deficiência.
6. Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União – Lei 8112/90.

Procedimentos Metodológicos

As aulas serão dinâmicas, pretendendo estimular a capacidade do estudante de interpretação e compreensão do conteúdo da disciplina. Para isso, será estimulada a leitura prévia dos temas da bibliografia indicada. A disciplina será ministrada com base no ensino colaborativo, em que os docentes e discentes participarão na construção dos saberes, tais como: seminários, gincanas, tempestade de ideias, aprendizagem baseada em problemas, jogos e outros. Também serão utilizadas tecnologias digitais, como forma de facilitar o processo.

Recursos Didáticos

- Projetor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

A avaliação poderá se dar por meio de seminário, prova, redação de textos, arguição, além de outros modos julgados pertinentes pelo ministrante.

Bibliografia Básica

1. MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de Direito Previdenciário. São Paulo: LTr, 2019.
2. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da Seguridade Social. São Paulo: Atlas, 2009.
3. ROCHA, Daniel Machado da (coord.) Comentários à lei do regime jurídico único dos servidores públicos civis da União: Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 / coordenação de Daniel Machado da Costa; Fábio Dutra Lucarelli, Guilherme Pinho Machado – 3.ed. – Curitiba: Alteridade Editora, 2016.

Bibliografia Complementar

1. BALTAZAR JR, José Paulo; ROCHA, Daniel Machado. Comentários a Lei de benefícios (Básica) da Previdência Social: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
2. LAZZARI, João Batista et. Manual de Direito Previdenciário. São José: Conceito, 2019.
3. PAIXÃO, Florisceno. A Previdência Social em Perguntas e Respostas. Porto Alegre: Iob Thomson, 2015.
4. PAULSEN, Leandro. Contribuição: Teoria Geral Contribuições em Espécie. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.
5. TSUTIYA, Augusto Massayuki. Curso de Direito da Seguridade Social. São Paulo: Saraiva, 2013.

Software(s) de Apoio:

Curso: Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária: 30h (40h/a)
Disciplina: Desenvolvimento Sustentável	Número de créditos 2
Pré-Requisito(s): Nenhum	
Núcleo	
Pertencente: Núcleo Científico e Tecnológico: Unidade Tecnológica	

EMENTA

A evolução da discussão dos problemas ambientais. Desenvolvimento sustentável. Políticas Públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Agenda 21: global, brasileira e local. Indicadores de Sustentabilidade.

PROGRAMA

Objetivos

- Entender a evolução das questões ambientais.
- Desenvolver visão crítica sobre desenvolvimento sustentável.
- Apresentar as políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento sustentável.
- Compreender a importância dos indicadores socioeconômicos como instrumentos de gestão no Setor Público.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. A evolução da discussão dos problemas ambientais.
2. Desenvolvimento sustentável.
3. Políticas Públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.
4. Agenda 21: global, brasileira e local.
5. Indicadores de Sustentabilidade.

Procedimentos Metodológicos

- Aulas expositivas; debates; seminários; estudos de casos.

Recursos Didáticos

- Projetor multimídia; quadro branco; filmes, artigos científicos.

Avaliação

Será permanente e contínua, conduzindo à superação das deficiências de aprendizado. A verificação, para efeito de nota, será o somatório de trabalhos de grupo, seminários, exercícios, relatórios de leituras, atividade de pesquisa, prova escrita e cumprimento das tarefas solicitadas.

Bibliografia Básica

- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente**: estratégias de mudança da agenda 21. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
1. BUARQUE, Sérgio. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro : Garamond, 2008.
 2. CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Desenvolvimento sustentável e sistemas de indicadores de sustentabilidade**: formas de aplicações em contextos geográficos diversos e contingências específicas. Campina Grande, PB: Ed. UFCG, 2010.
 3. CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia Complementar

1. ELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro; FGV, 2005.
2. SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro, Belinaso. **Desenvolvimento sustentável**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
3. SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro : Garamond, 2004.
4. VEIGA, José Eli da. **Do global ao local**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2005.
5. VIEIRA, Liszt. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2006

Software(s) de Apoio:

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária:	30h (40h/a)
Disciplina:	Processo disciplinar Federal	Número de créditos	2
Pré-Requisito(s):	Nenhum		
Núcleo			
Pertencente:	Núcleo Científico e Tecnológico: Unidade Tecnológica		

EMENTA

Servidor Público Federal: deveres. Sindicância Investigativa. Sindicância Punitiva. Processo Administrativo Disciplinar.

PROGRAMA

Objetivos

Conhecer e compreender o rito do processo disciplinar federal.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

Processo e Procedimento Administrativo: noções. Princípios. Espécies. Características. Fases. Sindicância Administrativa. Conceito. Fundamento legal. Objeto. Características. Defesa do sindicato. Instauração. Comissão sindicante. Procedimento. Consequências da sindicância. Processo Administrativo Disciplinar. Noções. Fundamento constitucional e legal. Princípios. Obrigatoriedade de sua instauração. Objeto. Prazo para conclusão. Comissão Processante. Procedimento. Recursos. Revisão.

Procedimentos Metodológicos

Aulas expositivas, estudos dirigidos com abordagem prática, seminários, pesquisa na Internet.

Recursos Didáticos

- Projetor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

O aluno deve atingir os objetivos especificados para a disciplina, por meio das atividades avaliativas realizadas durante o semestre. Avaliações e atividades em sala.

Bibliografia Básica

1. ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. *Direito administrativo descomplicado*. 27. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2019.
2. *Curso de Processo Administrativo Disciplinar da Controladoria-Geral da União* – Disponível no site da CGU.
3. *Manual de Processo Administrativo Disciplinar da Controladoria-Geral da União* - Disponível no site da CGU.

Bibliografia Complementar

1. BARROSO, Luís Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
2. DIAS, Lúcia Rossi Correia. *Manual de direito administrativo*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
3. NADER, Paulo. *Introdução ao estudo do direito*. 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
4. SÁ, Antônio Lopes de. *Ética profissional*. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2015.
5. TORRES, João Carlos Brum. *Manual de ética: questões de ética teórica e aplicada : contribuições para estudo da ética filosófica e análise de problemas morais*. Petrópolis: Vozes, 2014.

Software(s) de Apoio:

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária:	30h (40h/a)
Disciplina:	Direito Tributário	Número de créditos	2
Pré-Requisito(s):	Nenhum		
Núcleo	Núcleo Científico e Tecnológico: Unidade Tecnológica		
Pertencente:			

EMENTA

Sistema Tributário Nacional. Capacidade Contributiva. Obrigação Tributária. Crédito Tributário. Incentivos fiscais. Espécies de tributos. Sanções tributárias. O comércio exterior e os tributos.

PROGRAMA

Objetivos

Proporcionar ao aluno um aprendizado consistente acerca do papel do sistema tributário nacional dentro do ordenamento jurídico brasileiro.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

Legislação tributária: fontes; vigência e aplicabilidade da lei, interpretação da lei.

Espécies de tributos: tributos federais, estaduais e municipais.

Crédito tributário: lançamento; modalidade de lançamento; suspensão da exigibilidade do crédito; extinção do crédito tributário.

Obrigação tributária: fato gerador, sujeito ativo, sujeito passivo, infrações tributárias administrativas

Procedimentos Metodológicos

Aulas expositivas, estudos dirigidos com abordagem prática, seminários, pesquisa na Internet.

Recursos Didáticos

- Projetor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

O aluno deve atingir os objetivos especificados para a disciplina, por meio das atividades avaliativas realizadas durante o semestre. Avaliações e atividades em sala.

Bibliografia Básica

12.1 ALEXANDRE, Ricardo. *Direito tributário esquematizado*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2011.

12.2 CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

12.3 MAZZA, Alexandre. *Manual de direito tributário*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Bibliografia Complementar

1. ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. *Direito administrativo descomplicado*. 27. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2019.

2. BARROSO, Luís Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

3. DIAS, Lúcia Rossi Correia. *Manual de direito administrativo*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

4. NADER, Paulo. *Introdução ao estudo do direito*. 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

5. TAVARES, André Ramos. *Curso de direito constitucional*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Software(s) de Apoio:

Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Carga-Horária:	30h (40h/a)
Disciplina:	Economia Brasileira	Número de créditos	2
Pré-Requisito(s):	Nenhum		
Núcleo	Núcleo Científico e Tecnológico: Unidade Tecnológica		
Pertencente:			

EMENTA

Fases da formação econômica do Brasil. Processo de substituição de importações. Os aspectos da economia brasileira no contexto internacional. Formação e crescimento da dívida externa e interna. Síntese de crescimento e desenvolvimento da economia brasileira.

PROGRAMA

Objetivos

- Compreender a economia brasileira (causas e consequências) nas suas diversas fases, o seu papel histórico na formação econômica e social brasileira;
- Analisar os elementos formadores da economia brasileira, para que possa ter uma visão crítica da atual realidade socioeconômica do país, com base na trajetória histórica da sua formação econômica e social;
- Analisar o papel que o país vem desempenhando no contexto da economia internacional, suas causas, consequências e possibilidades a partir de uma visão crítica das questões conjunturais e estruturais da economia brasileira;

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- A empresa mercantil, colonial e escravocrata;
- Os ciclos econômicos: cana-de-açúcar, mineração e café;
- Economia do período imperial;
- Origens e avanço da indústria;
- Governos Vargas, JK e João Goulart;
- Economia no período da Ditadura Militar;
- Anos 1980: a década perdida;
- Anos 1990: neoliberalismo e Plano Real
- O Novo Desenvolvimentismo: Governos Lula e Dilma.
- Crise Política e Ultraliberalismo: Governos Temer e Bolsonaro

Procedimentos Metodológicos

- Aulas expositivas dialogadas, debates sobre os temas apresentados, apresentação de seminários, trabalhos em grupo e individuais.
- Apresentação e discussão de vídeos.
- Projetor multimídia, quadro branco, computador.

Recursos Didáticos

- Projetor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

- A avaliação será contínua, buscando, permanentemente a evolução da disciplina.
- As notas serão atribuídas de acordo com os trabalhos realizados, seminários e avaliações.
- O quesito participação (assiduidade, pontualidade e participação efetiva nas atividades realizadas em sala de aula) detém razoável importância na formação das notas dos alunos

Bibliografia Básica

4. FURTADO Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira**. 6ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
5. BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Vozes, 2001.
6. GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André. **Economia Brasileira Contemporânea**. Ed. Campus, 2005

Bibliografia Complementar

6. FURTADO Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 30 ed. São Paulo: Companhia Editora, 2001.
7. CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.
8. BATISTA JR., Paulo Nogueira. **A economia como ela é**. São Paulo: Boitempo, 2000.
9. ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
10. BAER, Werner. **Economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

Software(s) de Apoio:

APÊNDICE VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

DESCRIÇÃO (Autor, Título, Editora, Ano)	DISCIPLINA(S) CONTEMPLADA(S)	QTDE. DE EXEMPLARES
ASSAF NETO, A. <i>Matemática Financeira e suas Aplicações</i> . 10 ed. São Paulo: Atlas, 2008.	Matemática Financeira e Aplicada/ Gestão Financeira Pública	08
BEKMAN, O.R.; COSTA NETO, P.L.O. <i>Análise Estatística da Decisão</i> . 2 ed. São Paulo: Blucher, 2009.	Matemática Financeira e Aplicada	05
MORETTIN, P.A. <i>Introdução ao cálculo para administração, economia e contabilidade</i> . São Paulo: Saraiva, 2009.	Matemática Financeira e Aplicada	05
LAPPONI, Juan Carlos. <i>Estatística Usando Excel</i> . 4ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2005.	Métodos Quantitativos	02
TRIOLA, Mario F. <i>Introdução a Estatística</i> . 7 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.	Métodos Quantitativos	13
LARSON, Ron. Estatística Aplicada . Tradução e revisão técnica Cyro de Carvalho Patarra. São Paulo: Prentice Hall, 2004.	Métodos Quantitativos	05
FONSECA, Jairo Simon. <i>Curso de Estatística</i> . São Paulo: Atlas, 1990.	Métodos Quantitativos	14
GIL, Antônio Carlos. <i>Métodos e Técnicas de Pesquisa Social</i> . 5.ed. 7. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007.	Metodologia Científica e Tecnológica	11
GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. da. <i>Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos</i> . 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.	Metodologia Científica e Tecnológica	10
VERGARA, Sylvia Constant. <i>Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração</i> . 12.ed. São Paulo: Atlas, 2010.	Metodologia Científica e Tecnológica	05
_____. <i>Métodos de Pesquisa em Administração</i> . 2.ed. São Paulo: Atlas.	Metodologia Científica e Tecnológica	05
MANZANO, A. L. N. G; MANZANO, M. I. N. G. Estudo dirigido de informática básica . São Paulo: Érica, 2007.	Informática	02
RABELO, João. Introdução à Informática e Windows XP: fácil e passo a passo . Ciência Moderna, 2007	Informática	05
BRAGA, William César. <i>Informática Elementar: Open Office 2.0</i> . Alta Books, 2007.	Informática	05
CAPRON, H. L; JOHNSON, J. A. <i>Introdução À Informática</i> . 8. ed. São Paulo: Pearson / Prentice Hall, 2004.	Informática	12
GALO, Sílvio. <i>Ética e cidadania: caminhos da filosofia</i> . Campinas: Papyrus, 2000.	Ética no serviço público	05
RUIZ ALONSO, Felix. <i>Curso de ética em administração</i> . São Paulo: Atlas, 2006.	Ética no serviço público	05
AMOÊDO, Sebastião. <i>Ética do Trabalho na era pós-qualidade</i> . Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.	Ética no serviço público	05
GALLO, Sílvio. <i>Ética e cidadania: caminhos da filosofia</i> . Campinas, SP: Papyrus, 2007.	Ética no serviço público	05
ARAÚJO, Luiz Alberto David e NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. <i>Curso de Direito Constitucional</i> . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.	Direito Constitucional	05
BONAVIDES, Paulo. <i>Curso de Direito Constitucional</i> . 17.ed. São Paulo: Malheiros, 2008	Direito Constitucional	10
SILVA, José Afonso da. <i>Curso de Direito Constitucional</i> . 32.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.	Direito Constitucional	09
OLIVEIRA, Fátima Bayama de. <i>Políticas de gestão pública integrada</i> . São Paulo: Projeto, 2008.	Gestão em Redes	05
MARQUES, Eduardo Cesar. <i>Redes Sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo</i> . FAPESP, 2003.	Gestão em Redes	05
TEIXEIRA, Francisco. <i>Gestão de redes de cooperação interempresariais</i> . Salvador: Casa da qualidade, 2005.	Gestão em Redes	05
CAVALCANTI, Marly. <i>Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor</i> . São Paulo: Saraiva, 2008.	Gestão em Redes	10
CASTELLS, Manuel. <i>A Sociedade em Rede</i> . São Paulo: Paz e Terra, 1999.	Gestão em Redes	05
PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter (Orgs.). <i>Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial</i> . Rio de Janeiro: FGV, 2001.	Introdução à Gestão Pública	05
PAULA, Ana Paula Paes de. <i>Por Uma Nova Gestão Pública</i> . Rio de Janeiro: FGV, 2005.	Introdução à Gestão Pública	05
Santos, Clezio Saldanha dos. <i>Introdução À Gestão Pública</i> . São Paulo: Saraiva, 2006.	Introdução à Gestão Pública	08

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.	Políticas Públicas	05
HOCHMAN, Gilberto; ARRETICHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). Políticas públicas no Brasil . Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.	Políticas Públicas	05
BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. Metodologia de avaliação em políticas públicas . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.	Políticas Públicas	05
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2001.	Direito Administrativo	01
_____. Parcerias na Administração Pública. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.	Direito Administrativo	10
MARION, José Carlos. Contabilidade Básica Fácil. São Paulo: Atlas, 2008	Fundamentos de Contabilidade	10
FERREIRA, Ricardo. Contabilidade Básica. 8. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.	Fundamentos de Contabilidade	05
PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. Princípios de Economia. 5ª edição. São Paulo: Thomson, 2005.	Introdução à Economia	06
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a Teoria Geral da Administração. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997;	Estudos Organizacionais	03
RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F.P. O que é taylorismo. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.	Estudos Organizacionais	11
MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Cengage Learning, 2008.	Estudos Organizacionais	19
BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e 500 questões. 3.ed., 2007. IMPETUS / CAMPUS	Contabilidade Pública/ Orçamento Público	05
NASCIMENTO, Leonardo do; CHERMAN, Bernardo. CONTABILIDADE PÚBLICA. 1.ed. São Paulo: Elsevier, 2007.	Contabilidade Pública	05
SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. São Paulo: Pearson Education, 2009.	Contabilidade Pública	05
PISCITELLI, Roberto Bocaccio <i>et al.</i> Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010.	Contabilidade Pública/ Orçamento Público	10
PRADO, Darci Santos do. Gerenciamento de Portfólios, Programas e Projetos nas Organizações (Série Gerência de Projetos – volume 1). Nova Lima (MG): INDG Tecnologia e Serviços, 2004.	Gerenciamento de Projetos	02
GIDO, Jack; CLEMENTS, James P. Gestão de Projetos - Tradução da 3ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2007.	Gerenciamento de Projetos	02
NUNES, Edson. <i>A Gramática Política do Brasil</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.	Planejamento Governamental	05
DAFT. R. <i>Organizações, Teorias e Projetos</i> , Ed. Pioneira, 2008.	Planejamento Governamental/ Comportamento Organizacional	05
HITT, Michael. Comportamento Organizacional: uma abordagem estratégica. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.	Comportamento Organizacional	05
ROBBINS, Stephen Paul. Fundamentos do Comportamento Organizacional. 8.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2008.	Comportamento Organizacional	05
HALL, R. Organizações: estruturas, processos e resultados. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004	Comportamento Organizacional	05
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas. Rio de Janeiro. Elsevier, 2008	Gestão de Pessoas	10
VERGARA, Sylvia C. Gestão de Pessoas. São Paulo. Atlas, 2008	Gestão de Pessoas	01
CARBONE, Pedro Paulo. Gestão por competência e gestão do conhecimento. Rio de Janeiro. FGV, 2009	Gestão de Pessoas	08
SENGE, Peter M. A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende. Rio de Janeiro. Best Seller, 2009	Gestão de Pessoas	08
LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GERENCIAIS: Administrando a empresa digital. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.	Sistemas de Informação na Gestão Pública	13
REZENDE, Alcides Rezende; ABREU, Aline França de. Tecnologia da Informação aplicada a sistemas de informação empresariais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.	Sistemas de Informação na Gestão Pública	12
MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo brasileiro. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2005	Licitações e Contratos	01
TACHIZAWA, Takeshy. Organização flexível: qualidade na gestão por processos. São Paulo: Atlas, 1997.	Gestão de Processos	01

PAIM, R.;CARDOSO, V.; CAULLIRAUX, H.; CLEMENTE, R. Gestão de Processos: pensar, agir e aprender. Porto Alegre: Bookman, 2009.	Gestão de Processos	05
DIAS, Marco Aurélio Pereira. Administração De Materiais: Uma Abordagem Logística. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1993.	Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais	03
POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.	Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais	05
ZENOME, Luiz Cláudio. Marketing social. São Paulo: Thomson Learning, 2006.	Marketing no Serviço Público	02
ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. Economia do Setor Público no Brasil. 1ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2005.	Economia no Setor Público	10
FURTADO, Milton Braga. Síntese da Economia Brasileira. 7ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 1997.	Tópicos de Economia Brasileira	16
BRUM, Argemiro. Desenvolvimento Econômico Brasileiro. 27ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.	Tópicos de Economia Brasileira	03
FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 34ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.	Tópicos de Economia Brasileira	03
FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 34ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.	Tópicos de Economia Brasileira	01
SLOMSKI, V. et al. Governança corporativa e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2008.	Governança no Setor Público	10
CARVALHO, Marcus Vinícius. Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial: Petrópolis. Editora: Vozes, 2002.	Qualidade de Vida no Trabalho	07
CARVALHO, Deivaldo. Orçamento e contabilidade pública: teoria e prática. 5.ed. São Paulo: Campus, 2010.	Orçamento Público	05
CASTRO, Domingos Poubel. Auditoria e controle interno na administração pública: guia para atuação. 2. ed. São Paulo: Atlas 2009.	Auditoria Pública	05
PETER, Maria da Glória Arraes; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. Manual de Auditoria Governamental. São Paulo: Atlas, 2003	Auditoria Pública	05
KOTLER, Philip. Marketing no setor público. Porto Alegre: Bookman, 2008.	Marketing no serviço público	05
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing – Conceitos, Exercícios e Casos – 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2005.	Marketing no serviço público	05

Documento Digitalizado Público

Adequação PPC Superior de Tecnologia em Gestão Pública - presencial

Assunto: Adequação PPC Superior de Tecnologia em Gestão Pública - presencial

Assinado por: -

Tipo do Documento: Projeto Político Pedagógico de Curso

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Cópia Simples